



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
FACULDADE DE MOTRICIDADE HUMANA



A autarquia e a promoção de actividade física

Estudo de caso em sete municípios da Península de Setúbal

Dissertação elaborada com vista à obtenção do Grau de Mestre na especialidade
de Gestão do Desporto - Organizações Desportivas

Orientador: Professor Doutor Carlos Jorge Pinheiro Colaço

Carlos Eduardo de Oliveira Custódio

2011



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
FACULDADE DE MOTRICIDADE HUMANA



A autarquia e a promoção de actividade física

Estudo de caso em sete municípios da Península de Setúbal

Dissertação elaborada com vista à obtenção do Grau de Mestre na especialidade
de Gestão do Desporto - Organizações Desportivas

Orientador: Professor Doutor Carlos Jorge Pinheiro Colaço

Carlos Eduardo de Oliveira Custódio

2011

AGRADECIMENTOS

Realizar este estudo foi o culminar dum longo percurso. É hora de agradecer a todos aqueles que contribuíram para a sua concretização.

Agradeço em primeiro lugar à minha mãe (exemplo de mulher) e ao meu pai (meu *Dadyzinho*) o facto de estar no mundo dos vivos e poder usufruir dos bons momentos que a vida proporciona. Uma palavra também para os meus progenitores por terem dado semelhante oportunidade à minha irmã (*Rorinha* linda) que muito me ajudou neste trabalho. Os primeiros agradecimentos são para vocês mais próximos.

Aos meus amigos. De entre as conquistas que uma pessoa realiza ao longo da vida esta é das que mais me orgulha. Afirmo, sem modéstia, o prazer que tenho em ter muitos e bons amigos com os quais partilho momentos que muito contribuem para o meu optimismo.

Aos familiares mais chegados que ao longo dos tempos constituíram modelos e exemplos a seguir.

Ao Professor Carlos Colaço. Um verdadeiro Professor. Quero agradecer também aos bons professores com os quais pude aprender ao longo do meu percurso académico que agora termina.

Não podia deixar de agradecer às pessoas que directamente me auxiliaram na concretização deste documento: grupo de trabalho do mestrado (Durão, Bro, Bada), Noiva Espadão, Guida, Bia (piky), Pé-Longo e Sandro.

Considerando que, no momento em que termino este trabalho, o meu coração não se encontra preenchido, não posso deixar de agradecer ao futuro amor com quem tenciono dar a oportunidade aos meus pais de serem avós.

“Não temo o erro pois estou sempre pronto a corrigi-lo.”

RESUMO

Embora a prática do desporto seja um direito para todos, nem sempre é programada e organizada com o intuito de chegar a todos. Actualmente, em muitas regiões do país a actividade física ainda se encontra reservada a uma percentagem limitada da população. Com o intuito de satisfazer todos os interesses e necessidades dos seus munícipes, torna-se imprescindível que as autarquias promovam actividades dirigidas à generalidade da população (“Desporto para Todos”).

Com este trabalho pretendemos caracterizar a intervenção de sete municípios da Península de Setúbal ao nível da promoção de actividade física para idosos e alunos das escolas do 1º ciclo, realizando um levantamento relativamente à oferta de actividade física desenvolvida no ano 2010/2011 para esses dois segmentos específicos da população. Também se procura verificar se os municípios da Península de Setúbal conseguem dar resposta às necessidades dos idosos e alunos do 1º ciclo ao nível do desporto.

Para a prossecução destes objectivos, foi elaborado um questionário aberto, cujas questões se encontram fundamentadas, simultaneamente, no propósito deste estudo, assim como na análise da revisão da literatura actual. Para a recolha de informação foram entrevistados os respectivos Chefes de Divisão de Desporto de cada um dos sete municípios, sendo que este procedimento decorreu entre os meses de Outubro de 2010 e Fevereiro de 2011.

Após a análise dos resultados, resultante da aplicação e transcrição do instrumento, parece-nos que a generalidade dos municípios orienta a sua intervenção na procura e criação de uma política desportiva que consiga dar resposta às necessidades da população idosa e alunos do 1º ciclo, não se esgotando numa única vertente desportiva. Comparando a oferta de actividades para estes dois grupos prioritários, existe um ligeiro desequilíbrio na quantidade e diversidade de actividades promovidas pelas autarquias (melhor para a população idosa). A maioria das autarquias tem demonstrado preocupações em desenvolver um trabalho intermunicipal ao nível do desporto para a região da Península de Setúbal e promover as actividades aquáticas em cada concelho através da utilização de equipamentos municipais (piscinas).

Palavras-chave: Autarquia; Península; Actividade Física; Idosos; Crianças; Política; Programas; Intermunicipal; Instalações.

ABSTRACT

Although the practice of sport is to be stated as an assisted right for all, it is supposed that for many it is unreachable, mainly due to the lack of a planned and organized intervention. This fact leads to the assumption that in different regions of Portugal only a minor percentage of the population is actually able to ensure their daily physical activity. Aiming to satisfy both the population's interests and needs it is essential that parish councils direct their action toward the promotion of healthier activities, designed to be accessible for all citizens ("Sport for Everyone").

The purpose of this study is to characterize and analyze the intervention of seven counties of the Setúbal Peninsula regarding their municipal activity, focusing on the Activity Plan 2010/2011, more specifically, for the elderly and students attending one of these counties' schools, with ages ranging from 6 to 10 years old, intending to verify if it answers their needs, as a segment of the local population.

To this end, a survey was conducted during a time setting which began in October, ending in February. All of the Division Chiefs of the Sport Division in each parish were questioned about the main points directly associated with the study's objectives, as well as the state of art in this matter. The interviews were then transcript, and information was treated resorting to Content Analysis.

The main results have shown that, in a general basis, all parish councils are aware and it is their aspiration to guide their communitarian intervention through the creation of a sport policy, oriented to meet the population needs, especially concerning the two populations groups which this study focuses on.

By comparing the activities offered to both groups, we have concluded that there was a slight difference between the action plans, favoring the elderly. Most of the parish councils have been concerned in developing a sport network intervention that links all counties of the Setubal Peninsula, promoting aquatic activities in each area using the community's equipments and facilities.

Keywords: Parish Council; Peninsula; Physical Activity; Elderly; Children; Policy; Programs; Network intervention; Facilities.

ÍNDICE GERAL

I. INTRODUÇÃO	1
1. OBJECTIVOS E PERTINÊNCIA DO ESTUDO	2
1.1. Objectivo geral	3
1.2. Objectivos específicos	3
II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	5
1. ACTIVIDADE FÍSICA E SAÚDE	5
1.1. O desporto na Constituição da República Portuguesa.....	5
1.2. Benefícios da actividade física	6
1.3. Importância da actividade física nas crianças dos seis aos 12 anos (2ª infância)	7
1.4. Importância da actividade física nos idosos	9
2. AS AUTARQUIAS E A ACTIVIDADE FÍSICA	11
2.1. O papel das autarquias na promoção de actividade física	11
2.2. Política desportiva municipal	14
2.3. As autarquias e os programas de actividade física	14
2.4. O papel da autarquia na promoção da Expressão Físico-Motora no 1º Ciclo	15
2.5. O papel da autarquia no envelhecimento activo.....	16
2.6. A estratégia espacial na aplicação da política desportiva municipal.....	17
2.7. O trabalho intermunicipal na área do desporto	19
3. ESTUDOS NO ÂMBITO DA ACTIVIDADE FÍSICA E AUTARQUIAS	20
III. CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS AO NÍVEL DO TERRITÓRIO, POPULAÇÃO, EDUCAÇÃO E DESPORTO.....	21
1. PENÍNSULA DE SETÚBAL	21
2. ESTRUTURA TERRITORIAL POR MUNICÍPIO	22
3. ÁREA E PERÍMETRO POR MUNICÍPIO	22
4. INDICADORES DE POPULAÇÃO POR MUNICÍPIO	23
5. POPULAÇÃO RESIDENTE POR MUNICÍPIO, SEGUNDO OS GRANDES GRUPOS ETÁRIOS E O SEXO	24
6. ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO 1º CICLO E ALUNOS MATRICULADOS POR MUNICÍPIO	27
7. REFORMADOS POR MUNICÍPIO.....	28
IV. METODOLOGIA.....	30
1. DEFINIÇÃO DA AMOSTRA	30
2. DEFINIÇÃO DO INSTRUMENTO	31
3. ELABORAÇÃO DO QUESTIONÁRIO	31

4. APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO.....	32
5. PROCESSO ANALÍTICO	32
6. ANÁLISE CATEGORIAL	33
V. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	35
VI. CONCLUSÕES.....	48
VII. SUGESTÕES PARA FUTURAS INTERVENÇÕES E INVESTIGAÇÕES	51
VIII. BIBLIOGRAFIA	53
ANEXOS	56
I. Questionário - Câmara Municipal de Almada	57
II. Questionário - Câmara Municipal do Barreiro	60
III. Questionário - Câmara Municipal da Moita.....	64
IV. Questionário - Câmara Municipal de Palmela	67
V. Questionário - Câmara Municipal do Seixal	71
VI. Questionário - Câmara Municipal de Sesimbra	75
VII. Questionário - Câmara Municipal de Setúbal.....	78

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 1: Mapa da Península de Setúbal	21
---	----

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Princípios e domínios de intervenção das autarquias locais, segundo alguns artigos da Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto.....	12
Quadro 2: Distribuição de Freguesias dos sete concelhos da Península de Setúbal	22
Quadro 3: Área e perímetro por município.....	23
Quadro 4: Indicadores de população por município	23
Quadro 5: População residente por município, segundo os grandes grupos etários e o sexo	24
Quadro 6: Excertos das respostas da Categoria 1	35
Quadro 7: Excertos das respostas da Categoria 1	37
Quadro 8: Excertos das respostas da Categoria 2	39
Quadro 9: Excertos das respostas da Categoria 3	42
Quadro 10: Excertos das respostas da Categoria 4	45

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: População residente por município, em 2009	26
Gráfico 2: População residente por município, em 2009, dos 0 aos 14 anos	26
Gráfico 3: População residente por município, em 2009, 65 e mais anos.....	27
Gráfico 4: Alunos matriculados no 1º ciclo, em 2009.....	28

Gráfico 5: Reformados por município, em 2009.....	28
Gráfico 6: Oferta desportiva para o 1º ciclo.....	41
Gráfico 7: Oferta desportiva para idosos.....	44
Gráfico 8: Número de piscinas municipais por autarquia	46

I. INTRODUÇÃO

A actividade física e o desporto são para o homem formas de expressão que contribuem para o seu aperfeiçoamento, para além se serem um meio para aceder ao seu conhecimento e à sua descoberta.

Actualmente, ninguém coloca em causa que o desporto é um fenómeno social total, uma vez que interage com os diversos sistemas que compõem a vida moderna: cultura, economia, sociedade e política.

De acordo com a legislação portuguesa o desporto surge como uma das necessidades fundamentais das comunidades locais afigurando-se um poderoso e potencial instrumento para o desenvolvimento local de uma determinada região/cidade. Aqui se enquadram as autarquias, pois cabe ao poder autárquico a criação de medidas de desenvolvimento desportivo para as suas comunidades.

Contudo o desporto só pode ser um direito de todos se houver capacidade de responder às reais carências da população para que todos possam usufruir da prática desportiva. Para tal, será necessária a criação de meios para o crescimento das actividades, sendo as autarquias entidades imprescindíveis para auxiliar o desenvolvimento desportivo, promovendo melhores condições de acesso à prática desportiva.

Existe cada vez mais uma preocupação por parte dos seres humanos com a sua condição física e com um estilo de vida saudável. No entanto, para que essa prática esteja associada à saúde, é necessário que a mesma seja estruturada e planeada. Desta forma, é necessária uma investigação sobre as necessidades e práticas desportivas da população, de modo a planificar uma intervenção social e desportiva. É neste contexto que os agentes autárquicos, com formação especializada e profissional na área do desporto, que se ocupam da gestão dos serviços e da orientação das actividades desportivas e recreativas, têm um papel fundamental no impulsionar do desenvolvimento desportivo pelos diversos concelhos do País.

Como referido anteriormente, com a evolução natural dos tempos o desporto tornou-se um dos principais meios de educação e formação da população em geral. Deste modo, com este trabalho, pretendemos caracterizar a intervenção desportiva de sete autarquias da Península de Setúbal (Almada, Barreiro, Moita, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal) na promoção da actividade física para dois segmentos da população, nomeadamente a população idosa e os alunos das escolas do 1º ciclo,

realizando, através de questionários, um levantamento das acções e programas de cada autarquia relativamente à actividade física e desportiva desenvolvida no ano 2010/2011, e verificar se os municípios conseguem realmente dar resposta às necessidades destes dois segmentos da população ao nível do desporto, fazendo chegar o desporto sob as suas mais diversas formas.

A estrutura deste estudo consiste numa breve apresentação do problema, seguindo-se a pertinência e os objectivos (geral e específicos) do trabalho. Posteriormente contém a revisão da literatura, que se consubstancia num enquadramento teórico, passando a descrever a metodologia utilizada para a realização deste trabalho com respectiva caracterização de cada concelho inserido no estudo. De seguida, surge a apresentação dos resultados e, por último, as conclusões finais do trabalho (respondendo ao problema de estudo e objectivos definidos) e sugestões futuras de investigação e intervenção, bem como a bibliografia consultada para este efeito.

1. OBJECTIVOS E PERTINÊNCIA DO ESTUDO

O presente estudo surgiu na sequência da relação directa do autor com a autarquia do Seixal ao nível do departamento do desporto e da sua intervenção directa em dois projectos de actividade física (um para a população idosa e outro para os alunos do 1º ciclo), na qualidade de técnico do desporto, promovidos pela autarquia em causa. A curiosidade por este tema prende-se igualmente com o interesse pessoal do autor ao perspectivar um eventual trabalho nesta área.

O começo da admiração logo patente no cerne do estudo surgiu no momento em que tivemos conhecimento da envergadura do projecto “Primeiras Braçadas” e “Programa Continuar”, promovidos directamente pela autarquia do Seixal, envolvendo os alunos do 1º ciclo das escolas do concelho em aulas de natação (“Primeiras Braçadas”) e a população idosa do concelho em aulas de hidroginástica (“Programa Continuar”) na piscina Municipal de Corroios. A promoção de um conjunto de actividades físicas e desportivas para estes dois segmentos da população no concelho do Seixal fez despontar a nossa curiosidade para a importância e as funções das autarquias na promoção de actividade física e consequentemente o aprofundar do nosso conhecimento acerca das actividades promovidas e apoiadas para a população idosa e alunos do 1º ciclo em sete autarquias da península de Setúbal (onde se insere o

município do Seixal), para assim se conhecer um pouco da realidade acerca do trabalho desenvolvido numa das regiões mais habitadas do país.

Pelas suas características naturais e demográficas, esta região tem excelentes condições para a prática/promoção de actividade física, tendo as autarquias um papel fundamental na optimização das condições de acesso dos seus munícipes à prática de exercício físico. De realçar ainda que existe pouca documentação escrita sobre esta matéria relativamente à Península de Setúbal, despertando no autor mais interesse em investigar sobre esta região.

Procuramos assim encontrar fundamentos teóricos e práticos para responder ao seguinte problema do estudo:

- Considerando que o desporto em Portugal revela carências de múltipla natureza ao nível técnico, de organização e acesso à prática, tendo em conta as características específicas da população idosa/crianças que frequentam o 1º ciclo do ensino básico e sabendo do papel das autarquias quanto ao acesso destes segmentos à prática de actividade física, o nosso problema tem como objectivo saber em que medida é que a intervenção das autarquias da península de Setúbal na promoção de actividade física dá resposta às necessidades das populações idosas e alunos das escolas do 1º ciclo ao nível do desporto.

1.1. Objectivo geral

O objectivo geral do presente estudo consiste em perceber, através de um levantamento da oferta de actividades, como é efectuada a intervenção das autarquias da península de Setúbal para promover a actividade física junto de dois segmentos da população e se consegue dar resposta às suas necessidades, fazendo chegar sob as mais diversas formas a esses indivíduos.

1.2. Objectivos específicos

Como objectivos específicos, podemos enumerar:

- Verificar a existência de políticas e tendências comuns nos municípios da península de Setúbal ao nível do desporto;

- Realizar um levantamento e breve caracterização das actividades físicas promovidas pelas autarquias da península de Setúbal para a população idosa e alunos do 1º ciclo, analisando em que segmento a oferta é mais alargada e diversificada;
- Verificar a existência de piscinas municipais e de que forma é efectuada a promoção das actividades aquáticas em cada concelho;
- Através dos resultados, propor sugestões e perspectivas futuras de intervenção e investigação.

II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. ACTIVIDADE FÍSICA E SAÚDE

“O desporto como uma cultura universal é um bem da humanidade, é preciso olhá-lo como algo a que todos têm direito e querem aceder. Tal obriga a repensá-lo (...).”

(Cunha, 1997, p.109)

1.1. O desporto na Constituição da República Portuguesa

Nas sociedades de hoje é cada vez mais evidente uma crescente diminuição do esforço físico em consequência de diversos factores dos quais se destacam, estilos de vida alterados, maus hábitos alimentares e sedentarismo. Este último assume-se cada vez mais como um factor de risco para a saúde, sendo importante promover junto da população portuguesa um estilo de vida saudável através da prática de actividade física sistematizada.

Neste sentido, o desporto torna-se cada vez mais matéria de interesse público, exigindo a Constituição Portuguesa uma participação pública no desporto, onde a presença do Estado assume especial importância para o desenvolvimento desportivo do país, destacando neste contexto as alíneas 1 e 2, do art. 79º da Constituição da República Portuguesa (1976), relativo ao direito à cultura física e ao desporto, que referem:

“(…)

1- Todos têm direito à cultura física e ao desporto.

2- Incumbe ao estado, em colaboração com as escolas e as associações e colectividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto.”

Esta noção pode ser reforçada através de Pires (1996) segundo o qual, o Estado está obrigado a fomentar o desporto enquanto factor de saúde, factor de promoção da juventude e factor de educação.

A concretização desta perspectiva realiza-se através da alínea 2, art.62º do texto constitucional (1976), em que se reconhece o papel importante do desporto na promoção da saúde:

“2 - O direito à protecção da saúde é realizado:

(...)

b) Pela criação de condições económicas, sociais, culturais e ambientais que garantam, designadamente, a protecção da infância, da juventude e da velhice, e pela melhoria sistemática das condições de vida e de trabalho, bem como pela promoção da cultura física e desportiva, escolar e popular, e ainda pelo desenvolvimento da educação sanitária do povo e de práticas de vida saudável.”

A prática desportiva como um direito do cidadão que fomenta o desenvolvimento e promoção da saúde e igualmente o desenvolvimento sócio-económico (como se sabe os países mais desenvolvidos são também aqueles que registam maiores índices de participação desportiva), concretiza-se também através de outros documentos não menos importantes a referir, designadamente: a Lei de Bases do Sistema Desportivo (1990), a Carta Europeia de Autonomia Local (1985), a Carta Europeia do Desporto (1992).

1.2. Benefícios da actividade física

Actualmente, é inquestionável que a prática regular de exercício físico é benéfica para a saúde em termos gerais, sendo por isso que a Constituição da República Portuguesa aponta para uma prática desportiva generalizada, como factor de promoção da saúde. Esta premissa, para além de intuitiva, é demonstrada por muitos estudos de larga escala, que têm avaliado os efeitos da actividade física regular sobre a mortalidade geral.

A reputação social de praticar actividade física é oposta à que se verificava há algumas décadas atrás. Nos dias que correm, praticar actividade física é valorizado em termos de sucesso profissional, em termos sociais, ao considerar que o exercício físico poderá não estar ao alcance da população geral, face aos seus padrões de vida.

Segundo Themudo Barata *et al.* (1997, p.143), os vários benefícios da actividade física regular podem verificar-se nos seguintes aspectos:

“(…) [D]iminui o stress; previne a ocorrência de hipertensão arterial; promove a manutenção/aumento da massa muscular e baixa de peso; atrasa certos processos de envelhecimento; melhora a auto-estima e autoconfiança; promove crescimento saudável; enriquece o repertório psico-motor.”

Para além dos seus benefícios, convém referir os tipos de actividade física existentes e sob que forma podem ser implementados.

Segundo Calmeiro e Matos (2004, p.19) existem três tipos de actividade física que podem ser considerados:

“(…)

- Actividade física resultante de qualquer movimento espontâneo que produz dispêndio energético. Nela se incluem actividades de lazer, ocupacionais e domésticas.
- Actividade física moderada que já provoca uma sensação de calor no participante. Andar de bicicleta, dançar, caminhar são alguns tipos de actividade física de intensidade moderada.
- Actividade física vigorosa que requer uma sensação de esforço superior. Correr, praticar desportos colectivos e nadar são alguns exemplos de actividade física vigorosa.”

1.3. Importância da actividade física nas crianças dos seis aos 12 anos (2ª infância)

Tendo em consideração os objectivos do estudo, convém compreender a importância para a saúde, da prática regular de actividade física em crianças dos seis aos 12 anos (espaço de idades em que se enquadram também os alunos do 1º ciclo). Como referido anteriormente, a Constituição da Republica Portuguesa (1976) indica de forma clara uma concepção integral dos cidadãos promovida pelo Estado, como se verifica na alínea 1, no artigo 70º, relacionado com a protecção dos direitos dos jovens:

“1 - Os jovens gozam de protecção especial para efectivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais, nomeadamente:

(…)

d) Na educação física e no desporto.”

Não obstante, embora exista uma forte responsabilidade relativamente ao papel do Estado nesta matéria, esta deverá ser partilhada no que respeita ao facto de cada cidadão ser responsável pela gestão do seu estilo de vida. Relativamente a este aspecto, destaca-se a importância que a adopção tardia de um estilo de vida mais saudável, (implicando a prática de actividade física e desportiva) poderá acrescentar uma maior complexidade ao indivíduo comparativamente com a aquisição deste padrão em idades mais precoces.

Torna-se, assim, muito importante incentivar a prática desportiva na infância, quer pelos benefícios directos que pode proporcionar, quer pelo potencial papel protector que pode desempenhar aquando da idade adulta. O hábito da manutenção da boa condição física pode e deve ser instituído em idades precoces.

Para além do combate ao sedentarismo, doenças cardiovasculares, entre outras, a prática regular de actividade física na infância tem um papel catalisador da integração social e na aprendizagem de atitudes e comportamentos que o desporto proporciona (saber estar e saber ser), facilitando a passagem do meio familiar para o âmbito da sociedade.

Para responder às necessidades anteriormente referidas, o projecto resultante do Fórum do Desporto da Península de Setúbal [FDPS] (2007, p.41), debruçando-se sobre estas questões, concluiu o seguinte relativamente à prática de actividade física em crianças:

“ a) Crianças

Resposta às necessidades de maturação; Formação de condutas motoras e do esquema corporal; Contribuição para o desenvolvimento orgânico e maturação do sistema nervoso; Actividade lúdica educativa; Formação das bases em que deve assentar a formação desportiva; Criação de hábitos de vida para o resto da existência; Necessidades de socialização e de formação para a nova cidadania;”

Relativamente à necessária mudança de hábitos desportivos em crianças, é essencial que sejam desenvolvidos programas de estímulo à actividade física. Alves (2003, p.7), num artigo, refere algumas sugestões que podem ser apresentadas:

“(…)

- Reduzir o número de horas gastas com televisão, jogos de vídeo e computador.
- Estimular a participação dos estudantes em competições desportivas.
- Reforçar as aulas de educação física na escola.
- A importância do exemplo dado pelos pais.”

1.4. Importância da actividade física nos idosos

No que se refere à população idosa, existe a necessidade de desenvolver ferramentas e estratégias para gerir com eficácia os assuntos relacionados com a longevidade, assumindo a prática de actividade física uma grande importância. Isso mesmo se comprova em estudos recentes de Sun *et al* (2010, p. 196) ao referirem que “entre as mulheres que sobrevivem até à idade de 70 anos ou mais anos, aquelas que praticaram regularmente actividade física durante a meia-idade têm probabilidade de ter melhor saúde”.

Sobre estas premissas, a lei fundamental portuguesa (1976), nas alíneas 1 e 2 do art. 72º, relativamente à pessoa idosa determina que:

“(…)

1 - As pessoas idosas têm direito à segurança económica e a condições de habitação e convívio familiar e comunitário que respeitem a sua autonomia pessoal e evitem e superem o isolamento ou a marginalização social.

2 - A política de terceira idade engloba medidas de carácter económico, social e cultural tendente a proporcionar às pessoas idosas oportunidades de realização pessoal, através de uma participação activa na vida da comunidade.”

Na procura de remediar o seu isolamento e postura apática, devem propor-se muitas soluções que preencham o seu tempo livre, entre as quais a actividade física.

Sardinha (1999) refere que as acções e iniciativas que envolvam o idoso em actividades de interacção social, no quadro de redes de suporte formal, informal ou social, são fulcrais para o processo de revitalização da sua autonomia funcional, interacção social e auto-estima.

Com o objectivo de contrariar estas situações, para Coutier, Camus e Sarkar (1990, p.33) fomentar aos idosos o gosto pela prática de exercício físico significa:

- “Incitá-los a sair do seu isolamento;
- Ajudá-los a descobrir um novo uso do seu corpo e fazê-los tomar consciência das suas possibilidades.
- Mantê-los alerta e disponíveis.
- Torná-los menos vulneráveis ao passar do tempo e às doenças.
- Manter ou melhorar a autonomia física e a independência social que lhes permita continuar a ser cidadãos de pleno direito.”

Embora existam diversas razões que contribuem para a inactividade física, a maioria das pessoas reconhece que a actividade física é fundamental na prevenção de algumas doenças, contribuindo igualmente para o bem-estar geral. A generalidade dos indivíduos que consegue conservar ao longo da sua vida activa uma boa forma física resiste melhor do que os seus semelhantes que se mantiveram passivos, tanto ao nível das capacidades físicas como intelectuais.

Relativamente à população idosa, o projecto resultante do Fórum do Desporto da Península de Setúbal (2007, p. 42), conclui que a prática das actividades desportivas nesta população, responde às seguintes necessidades:

“d) Idosos

Manutenção de vida activa e aumento da longevidade produtiva; Prevenção de doenças e melhoria sustentada da saúde; Participação social e integração no grupo como forma de garantir a continuidade da vida activa como cidadão; Melhoria e manutenção da qualidade de vida.”

2. AS AUTARQUIAS E A ACTIVIDADE FÍSICA

“As autarquias locais constituem um dos pilares fundamentais do desenvolvimento desportivo nacional e regional”

FDPS (2007, p.56)

2.1. O papel das autarquias na promoção de actividade física

Existem diferentes níveis de intervenção para a promoção de actividade física. De acordo com os objectivos do estudo, que se debruçam sobre um dos promotores de actividade física que são os municípios, enquadram-se num nível de intervenção político e legislativo. Segundo King (1994), citado por Calmeiro e Matos (2004, p.175) “as intervenções a este nível consistem na criação de legislação específica, definição de políticas de promoção de saúde pública e implementação de estratégias (...)”.

De acordo com Constantino (1999), independentemente do diagnóstico que se possa fazer, algum conhecimento da situação é suficiente para defender as vantagens da política para a saúde incluir orientações no sentido das populações praticarem alguma actividade física com carácter de regularidade.

Pela análise da Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto (2007), pode considerar-se, com base no seu estatuto constitucional, que as autarquias são formas autónomas de organização das populações locais. O Poder Local constitui-se, assim, num poder que vem de baixo para cima e não de cima para baixo, como o do Estado (Administração Central).

Convém igualmente realçar o facto de ser às autarquias locais que compete a prossecução dos interesses próprios das populações respectivas. Pela sua proximidade junto dos cidadãos, as autarquias têm um papel fundamental como entidade promotora de actividade física aos munícipes, apoiando e orientando organismos e entidades vocacionados para este tipo de acção.

Já em inícios dos anos noventa, Pires (1996, p.126) considerava “o sector do desporto autárquico o sector do futuro, já que possui potencialmente todas as capacidades para desenvolver verdadeiros projectos integrados no domínio do desporto.” Na mesma obra (1996, p.127) o autor vai mais além referindo que “as autarquias surgem como entidades capazes de retemperar as assimetrias desportivas que o estado central tem vindo a provocar (...)”.

Na Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto (2007) que define entre outros, as bases das políticas de desenvolvimento da actividade física e do desporto, encontram-se um conjunto de artigos nos quais os municípios têm responsabilidades de intervenção e alguns propósitos a desenvolver em determinados domínios, nomeadamente na promoção da actividade física.

Autarquias Locais - Princípios e Domínios de Intervenção

Artigo 2º, nº1	“Todos têm direito à actividade física e desportiva, independentemente da sua ascendência, sexo, raça, língua (...).”
Artigo 6º, nº1	“Incumbe ao estado (...) e às autarquias locais, a promoção e a generalização da actividade física, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos.”
Artigo 6º, nº2	“(…) devendo adoptar programas que visam criar espaços públicos aptos para a actividade física, incentivar os hábitos de actividade física regular e promover a conciliação da actividade física com a vida pessoal, familiar e profissional.”
Artigo 8º, nº1	“O Estado, em estreita colaboração com (...) as autarquias locais e entidades privadas, desenvolve uma política integrada de infra-estruturas e equipamentos desportivos com base em critérios de distribuição territorial equilibrada (...).”
Artigo 28º, nº2	“As actividades desportivas escolares devem valorizar a participação e o envolvimento (...) das autarquias locais na sua organização, desenvolvimento e avaliação.”
Artigo 46º	“(…) podem beneficiar de apoios e comparticipações financeiras por parte (...) das autarquias locais, as associações desportivas, bem como eventos desportivos de interesse público (...).”

Quadro 1: Princípios e domínios de intervenção das Autarquias Locais, segundo alguns artigos da Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto (LBAFD, 2007).

Segundo Cunha (1989), citado por Felício (2006, p.49) o sector autárquico é definido “como aquele que está institucionalizado pelas políticas desportivas desenvolvidas no domínio das autarquias. O grupo alvo específico é constituído pela população circunscrita à delimitação geo-administrativa correspondente às freguesias ou concelhos. Os objectivos têm a ver com o apoio e suporte material, financeiro e humano à realização das actividades concretizando intenções de fazer participar o maior número de cidadãos, sobretudo aqueles que não são abrangidos pelos outros sectores. Os agentes intervenientes nestes processos são oriundos de poderes ou serviços públicos locais, em colaboração com as colectividades, famílias, grupos de bairro ou grupos esporádicos.”

O mesmo autor (1997, p.29), noutra obra, relativamente ao apoio a prestar às populações:

“[O] sector autárquico apresenta algumas prioridades derivadas não só das suas atribuições, como também das responsabilidades e expectativas que geram nos cidadãos:

- O suporte das actividades escolares e de grupos mais desfavorecidos;
- A política de instalações desportivas, de espaços de recreio e espaços verdes, o respectivo apetrechamento e gestão;
- O financiamento de projectos de desenvolvimento desportivo;
- Articulação de acções com outros sectores do sistema desportivo e do sistema social, com vista a estabelecer sinergias nos processos desencadeados;
- Criação de condições de arranque para os processos de desenvolvimento desportivo.”

Saldanha (2006, p.30), na sua tese de mestrado, refere como principais funções das autarquias no domínio da actividade física:

“ (...)

- Adoptar planos de equipamentos de carácter artificial e natural, oferecendo aos cidadãos a possibilidade de uma diversidade de praticas físicas;
- Criar, desenvolver e apoiar projectos que promovam a prática regular e organizada da actividade física na perspectiva da qualidade de vida, saúde e bem-estar de toda a população como um todo e não apenas os grupos de risco;
- Criar campanhas constantes de informação aos cidadãos sobre modalidades da actividade física e sobre os seus benefícios sobre a qualidade de vida, saúde e bem-estar, em colaboração com as autoridades locais da saúde;
- Criar e desenvolver projectos que permitam uma colaboração estreita com a comunidade escolar, no âmbito da educação para a saúde.”

2.2. Política desportiva municipal

Uma das formas de promover a actividade física ao nível do poder local concretiza-se através da elaboração de uma política desportiva municipal.

De acordo com Constantino (1990), a política desportiva da autarquia está relacionada com um conjunto de acções e processos desenvolvidos pelo município com o propósito de executar as competências atribuídas na lei no domínio do desenvolvimento do Desporto, acompanhando as necessidades desportivas e sociais das respectivas populações em cada concelho.

Na sequência deste pensamento, para Melo de Carvalho (1994) citado por Felício (2006, p.54), as autarquias, seja qual for a sua dimensão, “devem preocupar-se com a elaboração de uma política desportiva local que parta do recenseamento das necessidades, avalie o peso e características da procura e da oferta, analise a capacidade dos equipamentos existentes e defina a orientação para a criação de novas estruturas garantindo a sua optimização e qualidade.”

Ao analisar estas premissas, pode-se assim afirmar que os objectivos de uma política desportiva municipal devem situar-se a vários níveis: ao nível das acessibilidades dos cidadãos às praticas desportivas fomentando a promoção do “Desporto para Todos”, garantindo que um maior número de pessoas pratique actividade física, ao nível da construção de instalações desportivas, organização de eventos/competições e ao nível da formação de recursos humanos.

No entanto, na definição da política desportiva, é necessário que os diversos agentes (poderes públicos, escolas, movimento associativo) tenham uma intervenção ajustada e coordenada, de forma a unirem-se em torno dos objectivos definidos, possibilitando uma gestão eficaz dos meios disponíveis.

Na óptica duma interacção ajustada, segundo Cunha (1997, p. 33), “rapidamente os objectivos da política municipal são postos em causa e os seus propósitos abandonados se estes não estiverem inseridos numa óptica de continuidade, sustentabilidade e desenvolvimento”.

2.3. As autarquias e os programas de actividades físicas

Procurando promover as actividades físicas aos seus munícipes, as autarquias locais deverão apoiar e estimular as entidades, agentes desportivos e organismos do

concelho. Cabe a cada autarquia apoiar/organizar a realização de actividades físicas de uma forma mais regular, procurando que estas sejam devidamente enquadradas com as necessidades, capacidades e expectativas dos seus munícipes.

Na opinião de Melo de Carvalho (1994) as autarquias devem intervir directamente e indirectamente na generalização e dinamização da prática desportiva, criando programas que contemplem os diferentes escalões etários, os diferentes níveis de prática e os diferentes grupos sociais.

Considera-se que as autarquias não são serviços passivos ou reactivos, mas antes devem ser um serviço proactivo e estratégico, dando prioridade à distribuição dos recursos e aos programas dirigidos a grupos específicos. Assim, na sua oferta desportiva, a administração local deve incentivar o “Desporto para Todos” já que o município, independentemente do seu escalão etário ou estrato social, é o principal alvo de todos os municípios e dos seus gestores.

2.4. O papel da autarquia na promoção da Expressão Físico-Motora no 1º Ciclo

Actualmente está completamente esclarecida a enorme importância que a actividade motora devidamente orientada por objectivos educativos tem para a vida da criança e para a própria actividade da escola. As intervenções em contexto escolar para a promoção de actividade física são fundamentais pelo facto de facilitar o acesso a actividades físicas a um grande número de jovens. No entanto, de acordo com Calmeiro e Matos (2004, p.181) “esta actividade institucionalizada apresenta algumas limitações, pois a quantidade de actividade proporcionada pela Educação Física, apesar de importante, é insuficiente, à luz das actuais recomendações.”

Considerando o actual panorama, a actividade física como resultado de um padrão de comportamento, terá que assentar numa correcta abordagem ao nível da escola logo desde o 1º Ciclo do Ensino Básico. Desta forma, pode dizer-se que as vantagens da prática regular da educação física, entendida como o conjunto de actividades físico-desportivas praticadas durante a escolaridade, sob a orientação de um educador devidamente qualificado e fazendo parte integrante do projecto educativo que esta desenvolve, constitui um factor decisivo para o aperfeiçoamento da personalidade global do ser em crescimento.

Na Lei de Bases do Desporto (2004), o artigo 53º refere, relativamente ao desporto na escola, que a “educação física e o desporto devem ser promovidos na escola

nos âmbitos curricular e de complemento curricular, tendo em conta as necessidades de expressão física, de educação e de prática desportiva, visando o fomento da prática do exercício físico.”

Ao longo da escolaridade obrigatória deve ser da responsabilidade das entidades governamentais a definição e gestão de conteúdos e recursos humanos. No entanto, os municípios têm assumido o seu encargo através dos programas de Expressão e Educação Físico-Motora para o 1º Ciclo do Ensino Básico (2004), contribuindo para o desenvolvimento das capacidades motoras e coordenativas das crianças. Estes programas vão ao encontro das competências dos municípios que deverão basear-se ao nível da melhoria das instalações escolares, no apetrechamento com material didáctico e técnico, na organização e apoio a actividades, na formação de professores, na promoção e nos transportes.

Para estas competências se efectivarem é necessário que cada escola estabeleça parcerias com a autarquia, de forma a que os objectivos que todos perseguem possam ser alcançados de acordo com as competências e interesses de cada interveniente.

O desenvolvimento das actividades dos programas municipais de Expressão e Educação Física-Motora para o 1º ciclo deverá considerar um ensino diferenciado tendo em conta horários, segurança, locais de aprendizagem e as características de cada turma.

Pretende-se, assim, com estes programas de apoio ao 1º ciclo por parte das autarquias criar condições para que todos esses alunos possam usufruir dos benefícios da actividade física.

2.5. O papel da autarquia no envelhecimento activo

Com o envelhecimento da população e consequente aumento do número de idosos torna-se fundamental uma correcta abordagem por parte das organizações ao nível da promoção da actividade física para esta camada da população.

Durante muitos anos verificou-se uma inexistência de programas especialmente vocacionados para os idosos. Esta é uma das principais razões que justifica a importância da liderança por parte dos municípios de programas dirigidos a esta faixa etária da população, procurando criar, desenvolver e apoiar projectos que suscitem o interesse dos idosos numa prática física regular.

Segundo Marques (1996) se os programas de actividade física não aumentam a duração de vida, acredita-se, no entanto, que deles resultem em melhorias sobre a capacidade

física e a qualidade de vida dos idosos, beneficiando de um melhor aproveitamento dos seus dias, depois de se retirarem da actividade profissional.

Actualmente, os programas de actividade física para idosos são incentivados por diferentes órgãos oficiais que trabalham na promoção de saúde e estão implantados em muitos municípios.

Pretendendo chegar a todos e tendo em consideração a população alvo e as suas condições sociais, é fundamental que a participação nos programas municipais de actividade física para os idosos deva ser isenta de custos. Caso não seja possível a isenção de custos, mesmo assim o valor a pagar pela participação deve ser o mais reduzido possível.

Existem estruturas de programas de actividade física que podem ser utilizadas consoante os objectivos propostos. No entanto, cada um deve conter um número de sessões semanais de actividade física que englobem actividades que podem ser ou não variadas (p.e.: ginástica, hidroginástica). De realçar ainda que estes programas devem ser ajustados ao contexto espacial de cada concelho, potenciando ao máximo os recursos existentes.

Na intervenção e gestão dos programas para a população idosa, é fundamental que os municípios consigam atrair e criar parcerias com outras instituições do concelho como as juntas de freguesia e o movimento associativo, de forma a agregar vontades e esforços para que mais núcleos de actividade surjam e mais pessoas possam beneficiar da participação no programa.

2.6. A estratégia espacial na aplicação da política desportiva municipal

No que concerne à acessibilidade dos cidadãos à prática desportiva a nível local, os espaços para a prática desportiva assumem um grande relevo. São as instalações desportivas e os espaços naturais que possibilitam aos cidadãos praticar as actividades desportivas do tipo formal, não formal (informal). Segundo Pires (2006), instalações desportivas são o “conjunto dos meios materiais, artificiais, naturais e semi-naturais necessários ao desenvolvimento das actividades desportivas.”

Caracterizando estes equipamentos, torna-se possível efectuar um planeamento desportivo adequado, detectando potenciais lacunas para dar resposta às necessidades reais da população.

Para Cunha (1997, p.106), “as políticas desportivas são definidas pelos agentes desportivos responsáveis pela sua aplicação, podendo dirigir-se a todo o sistema desportivo, a um sector ou apenas a parte dele. Consoante o sector desportivo e a organização espacial que o suporta, assim se fará a diferenciação e organização das unidades de gestão do território”.

De acordo com o mesmo autor (1997, p.107.), para que possam ser colocadas em prática, as políticas de base espacial, devem desencadear alguns processos:

“(…)

- Identificar os fluxos entre agentes, instituições, unidades de base espacial e territórios.
- Reformular e reinventar os espaços, intervindo na definição da função social do respectivo uso (espaços naturais e espaços urbanos), das instalações desportivas e da politica de actividades que neles se desenvolvem (...).”

A gestão e coordenação destes espaços deve ser realizada por profissionais habilitados na área do desporto. Se é nestes locais que ocorre um conjunto de actividades físicas para as crianças e idosos, então a prática de actividade física deve ser orientada por profissionais competentes.

Ao nível dos equipamentos, de acordo com Saldanha (2006, p. 135) o tipo de gestão pode realizar-se de três formas:

“(…)

- Gestão Directa, pelos Serviços Municipais de Desporto, ou por um organismo criado para o efeito (p.e.: Empresa Municipal);
- Gestão Indirecta, atribuída a outro organismo como por exemplo as colectividades desportivas ou outras sem fins lucrativos;
- Gestão Mista, em que se conjuga a gestão indirecta e directa.”

2.7. O trabalho intermunicipal na área do desporto

“As regiões (...) pela dinâmica das diversas comunidades, conseguem uma identificação aproximada. Contudo elas reúnem um conjunto de preocupações comuns das unidades que se encontram no nível inferior, como sejam os municípios.”

(Cunha 1997, p. 78)

As diferenças culturais, sociais e económicas dos municípios exigem muitas vezes estratégias individuais e opções adequadas às diferentes realidades, vinculadas a uma orientação política.

Apesar do referido, as autarquias encontram no conjunto dos municípios que constituem a península de Setúbal formas de orientação comuns em diversas acções, funcionando como uma ferramenta no desenvolvimento individual de cada autarquia.

Considera-se ser importante que a acção intermunicipal passe a constituir um processo de trabalho permanente, envolvendo os diferentes concelhos. Esta acção não deve ser entendida como uma forma de limitar a iniciativa de cada município, mas sim como potencializadora das capacidades de cada um, virtualidades que, pelo seu volume e complexidade, nenhum tem capacidade de resolver e equacionar sozinho.

Esta convergência, permite uma interacção de ideias e estratégias que reforçam a identidade da região. Segundo Fernandes (1997, p.178) “o poder regional pode gerar consensos, sempre que esteja em causa a valorização da região. Será fácil encontrar acordo das diversas autarquias.”

Uma política comum pressupõe uma estrutura organizativa capaz de definir e concretizar as medidas assumidas pelas diferentes partes que compõem a organização. Essas medidas resultam da análise da situação desportiva que, através de acções concretas pretendem ter um impacto social.

Os municípios da Península de Setúbal devem ser capazes de definir princípios de acção comum às áreas que considerem ser objecto de um tratamento também comum, elaborando projectos que visam a solução de problemas e desenvolvendo actividades que fortaleçam a afirmação da Península em termos desportivos.

3. ESTUDOS NO ÂMBITO DA ACTIVIDADE FÍSICA E AUTARQUIAS

Alguns estudos acerca do papel das autarquias na promoção da actividade física têm sido realizados, permitindo perceber melhor a importância destas instituições para a melhoria da qualidade de vida das populações através do fomento da prática desportiva.

No estudo “Levantamento e Análise da Situação Desportiva do Concelho de Gondomar”, Fougo (2006) refere que o município de Gondomar apoia as práticas desportivas populares e o movimento associativo (disponibilização de recursos humanos, logísticos e financeiros para a organização de eventos). A mesma autarquia desenvolve alguns programas destinados à população idosa (“Desporto Depois dos 60 anos”) e crianças do 1º ciclo através da natação (“Natação para o 1º ciclo do Ensino Básico”). Segundo o mesmo autor, o município de Gondomar apoia bastante o movimento associativo e as modalidades tradicionais, mas descursa a formação de agentes desportivos.

Num estudo no município de Santo Tirso sobre o planeamento de Instalações Desportivas no Município, Matos (2000) concluiu o seguinte:

- “A população que mais pratica desporto são os jovens.
- Os habitantes dos centros urbanos têm o acesso mais rápido e facilitado às instalações e actividades desportivas.
- A população prefere actividades de recreação e manutenção.
- As modalidades mais praticadas são a ginástica, natação e o futebol, sendo reflexo da oferta das instalações existentes.”

Milheiro (2007) pôde comprovar numa observação acerca da análise da política desportiva que a intervenção municipal no concelho de Penafiel no âmbito do desporto é realizada essencialmente de forma indirecta, pelo apoio técnico e financeiro ao associativismo, sendo que todas as actividades organizadas pela Divisão de Desporto se enquadram numa orientação política do “Desporto para Todos”.

III. CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS AO NÍVEL DO TERRITÓRIO, POPULAÇÃO, EDUCAÇÃO E DESPORTO

1. PENÍNSULA DE SETÚBAL

Sendo uma sub-região que faz parte da Região de Lisboa, a Península de Setúbal abrange a metade norte do Distrito de Setúbal. Esta é limitada a sul pelo Alentejo Litoral, a norte pelo Estuário do Tejo, a leste pelo Alentejo Central e a oeste pelo Oceânico Atlântico.

A Península de Setúbal tem uma área de 1.624 km² e a sua população era, em 2009, de 797.111 habitantes. No mesmo ano, a sua densidade populacional era de 490,6 habitantes por quilómetro quadrado (hab/km²). A Península compreende nove concelhos na sua extensão, dos quais sete fazem parte do estudo: Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal. Segundo os resultados das últimas eleições autárquicas do ano de 2009, todas as câmaras excepto Montijo (Partido Socialista) são geridas por presidentes de câmara eleitos pelo Partido Comunista Português (PCP).

De acordo com a publicação do INE, o número de clubes em todo o distrito de Setúbal, em 2005, era de 703 envolvendo 34.928 praticantes federados, constituindo-se o distrito como o terceiro ao nível do país, no que se refere ao total de atletas federados, logo atrás de Lisboa e Porto. Nesse ano estima-se a população do distrito em 837.696 habitantes, obtendo-se um rácio de 4,2% de praticantes federados, ajustando-se à média nacional.



Imagem 1: Mapa da Península de Setúbal (Fonte: Google)

2. ESTRUTURA TERRITORIAL POR MUNICÍPIO

Em termos administrativos, a Península de Setúbal é composta por nove municípios, que estão divididos em 58 freguesias. Cada um dos sete municípios do estudo é composto por um conjunto de freguesias, com uma série de competências próprias definidas segundo a constituição.

Península de Setúbal	Total	Freguesias
	58	
Almada	11	Caparica, Costa da Caparica, Feijó, Pragal, Trafaria, Cacilhas, Charneca de Caparica, Cova da Piedade, Laranjeiro, Sobreda
Barreiro	8	Alto do Seixalinho, Barreiro, Coina, Lavradio, Palhais, Santo André, Santo António da Charneca, Verderena
Moita	6	Alhos Vedros, Baixa da Banheira, Rosário, Moita, Sarilhos Pequenos, Vale da Amoreira
Palmela	5	Marateca, Pinhal Novo, Palmela, Poceirão, Quinta do Anjo
Seixal	6	Corroios, Fernão Ferro, Amora, Paio Pires, Miratejo, Seixal, Arrentela
Sesimbra	3	Castelo, Quinta do Conde, Santiago
Setúbal	8	Gâmbia (Pontes e Alto da Serra), Sado, São Julião, São Sebastião, Nossa Senhora da Anunciada, Santa Maria da Graça, São Lourenço, São Simão

Quadro 2: Distribuição de freguesias dos sete concelhos da Península de Setúbal (Fonte: INE)

3. ÁREA E PERÍMETRO POR MUNICÍPIO

O quadro seguinte mostra a área e perímetro de cada um dos municípios, podendo-se constatar que Palmela, Setúbal e Sesimbra são os concelhos que têm maior área e perímetro, respectivamente.

	Área/Km ²	Perímetro
Península de Setúbal	1.624,9	320
Almada	70,2	66
Barreiro	36,4	46
Moita	55,3	42
Palmela	465,2	157
Seixal	95,5	49
Sesimbra	195,2	89
Setúbal	230,2	101

Quadro 3: Área e perímetro por município (Fonte: INE)

4. INDICADORES DE POPULAÇÃO POR MUNICÍPIO

O quadro seguinte mostra os indicadores demográficos para os sete concelhos, em 2009 (na data da realização deste estudo os dados do ano 2010 não estavam disponíveis):

	Densidade populacional	Índice de envelhecimento	Taxa de crescimento natural	Taxa bruta de natalidade	Taxa bruta de mortalidade
	Hab/ Km ²				
Península de Setúbal	490,6	103,9	0,17	10,6	8,9
Almada	2.364,5	119,3	0,03	10,8	10,5
Barreiro	2.129,0	141,5	-0,09	9,3	10,3
Moita	1.300,1	89,1	0,19	10,4	8,5
Palmela	137,3	106,0	0,09	10,2	9,3
Seixal	1.868,2	83,4	0,39	9,9	6,0
Sesimbra	279,3	103,3	0,30	10,5	7,5
Setúbal	544,3	102,1	0,14	10,9	9,6

Quadro 4: Indicadores de população por município (Fonte: INE)

Constata-se que os municípios que anteriormente foram referidos como tendo maior área e perímetro (Palmela, Setúbal e Sesimbra) são os que apresentam, segundo este quadro, menor valor de densidade populacional.

5. POPULAÇÃO RESIDENTE POR MUNICÍPIO, SEGUNDO OS GRANDES GRUPOS ETÁRIOS E O SEXO

Relativamente à população residente e a sua estrutura etária, que é um dos indicadores demográficos mais importantes para o nosso estudo, a seguinte tabela apresenta os valores para cada autarquia:

Unidade: N°	Total			0 a 14 anos			5 a 24 anos		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Península de Setúbal	797.111	388.196	408.915	128.732	65.873	62.859	81.687	41.594	40.093
Almada	165.991	80.134	85.857	126.202	13.488	12.714	16.053	8.218	7.835
Barreiro	77.529	37.310	40.219	10.656	5.480	5.176	6.954	3.535	3.419
Moita	71.844	35.041	36.803	11.706	6.004	5.702	8.145	4.088	4.057
Palmela	63.861	31.227	32.634	10.620	5.438	5.182	6.708	3.355	3.353
Seixal	178.332	87.198	91.134	29.051	14.778	14.273	19.247	9.787	9.460
Sesimbra	54.525	26.876	27.649	9.443	4.760	4.683	5.566	2.866	2.700
Setúbal	125.293	61.398	63.895	20.477	10.508	9.969	13.057	6.700	6.357
	25-64 anos			65 e mais anos					
	HM	H	M	Total			75 e mais anos		
				HM	H	M	HM	H	M
Península de Setúbal	453.002	222.208	230.794	133.690	58.521	75.169	54.901	21.819	33.082
Almada	92.480	45.122	47.358	31.256	13.306	17.950	13.558	5.270	8.288

Barreiro	44.842	21.731	23.111	15.077	6.564	8.513	5.708	2.171	3.537
Moita	41.565	20.513	21.052	10.428	4.436	5.992	4.221	1.622	2.599
Palmela	35.276	17.439	17.837	11.257	4.995	6.262	4.758	1.961	2.797
Seixal	105.819	51.400	54.013	24.215	11.233	12.982	8.629	3.602	5.027
Sesimbra	29.765	14.752	15.013	9.751	4.498	5.253	4.528	1.975	2.553
Setúbal	70.852	35.232	35.620	20.907	8.958	11.949	8.742	3.338	5.404

Quadro 5: População residente por município, segundo os grandes grupos etários e o sexo (Fonte: INE)

Os valores constantes do quadro anterior, permitem-nos observar:

- No geral, podemos afirmar relativamente às diferenças entre população residente que existem dois grupos distintos. Um contendo as autarquias do Seixal, Almada e Setúbal que obtêm valores em todos os grupos etários bastante superiores ao segundo grupo, constituído pelos concelhos do Barreiro, Palmela, Moita e Sesimbra que apresentam valores na maioria das faixas etárias próximos entre si, mas muito distantes dos resultados das três maiores autarquias (o concelho de Sesimbra obtém os valores mais baixos em todos os valores apresentados na tabela).
- Relativamente à população total residente, no que se refere às três maiores autarquias, curioso constatar que Setúbal apesar de ser capital de distrito é, das três, a que obtém valores inferiores, comparando com os concelhos do Seixal e Almada. O Seixal é a autarquia com mais população e, comparando os quatro grupos etários analisados, só não tem maior número de pessoas no grupo da população com mais de 65 anos. Em todos os concelhos a faixa etária com maior número de população residente é dos 25 aos 64 anos, seguida da faixa etária dos mais 65 anos, grupo dos 0 aos 14 anos e por fim o grupo etário com menor população em cada município é dos 15 aos 24 anos (a única excepção é no concelho do Seixal, onde existem mais jovens dos 0 aos 14 anos, do que idosos com mais 65 anos).

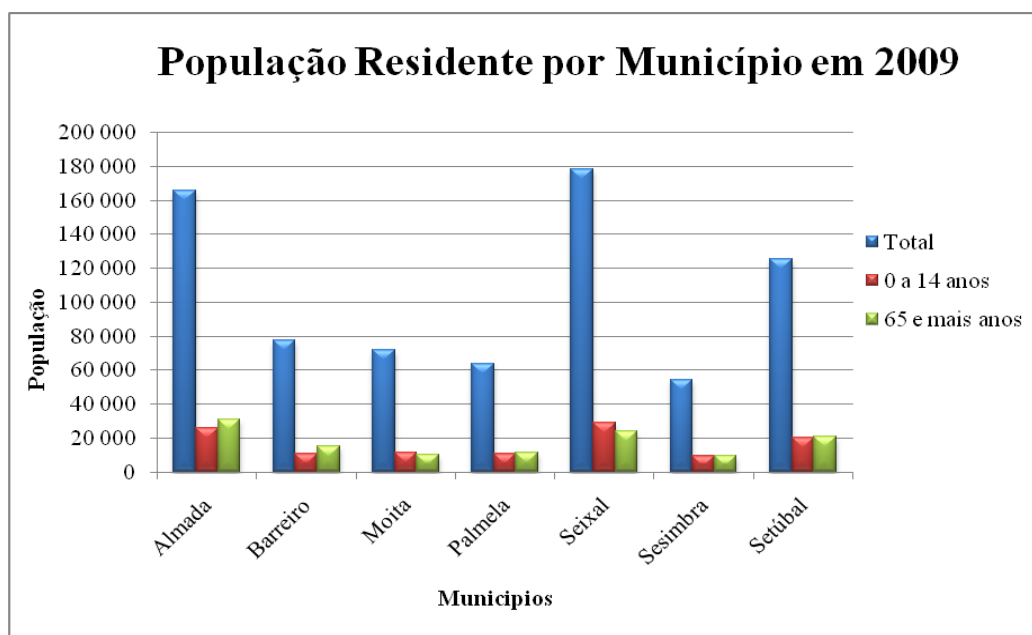


Gráfico 1: População residente por município, em 2009 (Fonte: INE)

- No que se refere ao grupo etário onde as crianças do 1º ciclo então inseridas (0 a 14 anos), o concelho do Seixal apresenta os valores mais elevados, seguido de Almada e Setúbal. O segundo grupo (Palmela, Moita, Barreiro e Sesimbra), como se referiu anteriormente, apresenta valores muito próximos entre si, de acordo com o seguinte gráfico:

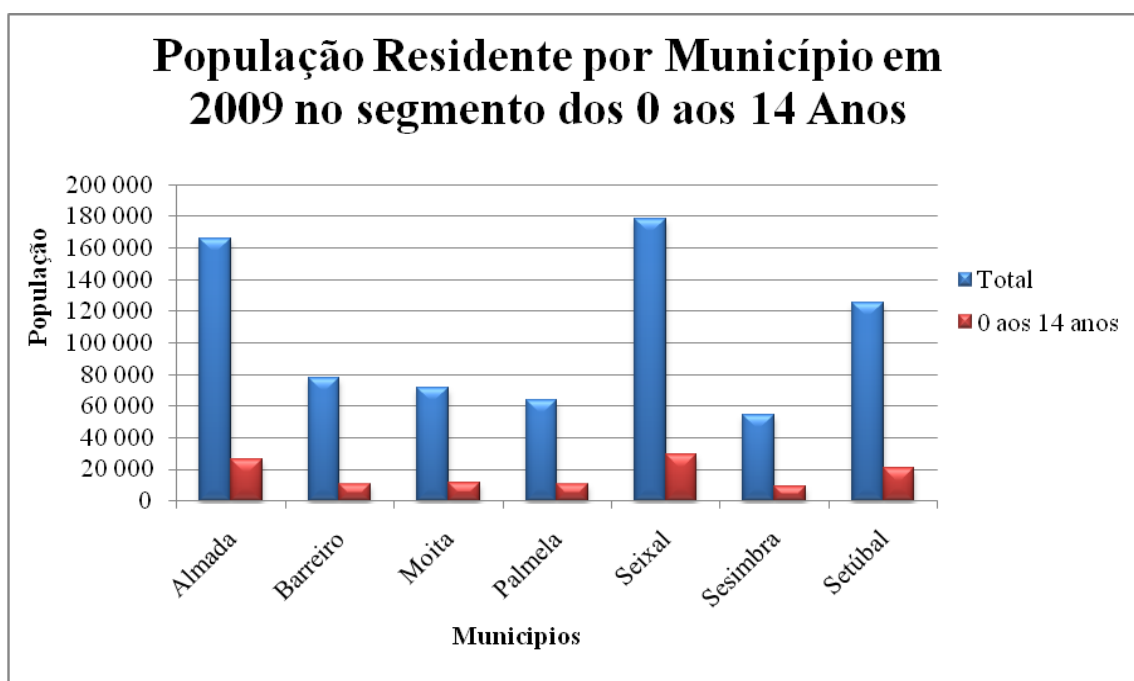


Gráfico 2: População residente por município, em 2009, dos 0 aos 14 anos (Fonte: INE)

- Relativamente ao universo de idosos com mais de 65 anos em cada município que podem ser alvo de programas desportivos de acordo com o âmbito do nosso estudo, Almada tem mais idosos, seguido do Seixal e Setúbal. Nesta faixa etária o concelho do Barreiro apresenta valores um pouco superiores comparando com Palmela, Moita e Sesimbra.

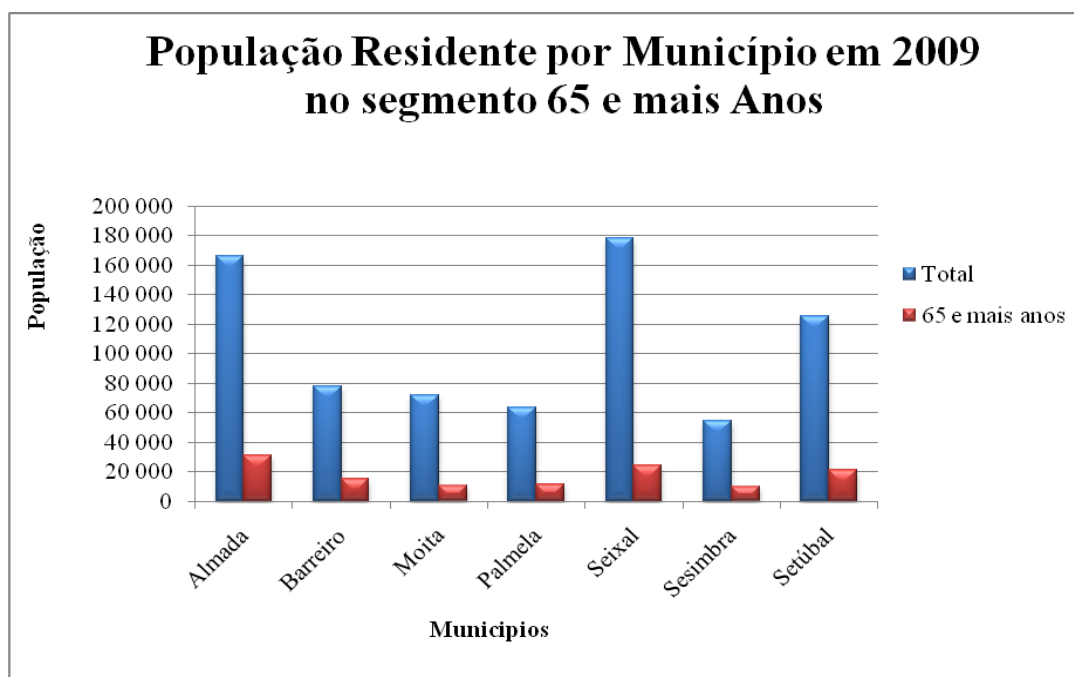


Gráfico 3: População residente por município, em 2009, 65 e mais anos (Fonte: INE)

6. ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO 1º CICLO E ALUNOS MATRICULADOS POR MUNICÍPIO

Apesar de serem dados relativos ao ano lectivo 2009/2010, do gráfico que se apresenta em seguida pode-se ter uma ideia geral do universo de alunos do 1º ciclo de cada concelho. Assim, obtém-se uma informação do número de alunos que em cada município podem estar sujeitos aos programas de promoção de actividade física do 1º ciclo desenvolvidos pelas autarquias em questão.



Gráfico 4: Alunos matriculados no 1º ciclo, em 2009 (Fonte: INE)

Como esperado, Seixal, Almada e Setúbal apresentam maior número de alunos comparando com os restantes municípios.

7. REFORMADOS POR MUNICÍPIO

O seguinte gráfico apresenta o número de reformados por município, no ano de 2009. Estes valores são úteis pois como se sabe um(a) reformado(a) tem mais flexibilidade de tempo para participar em programas de actividade física fomentados pelas autarquias.

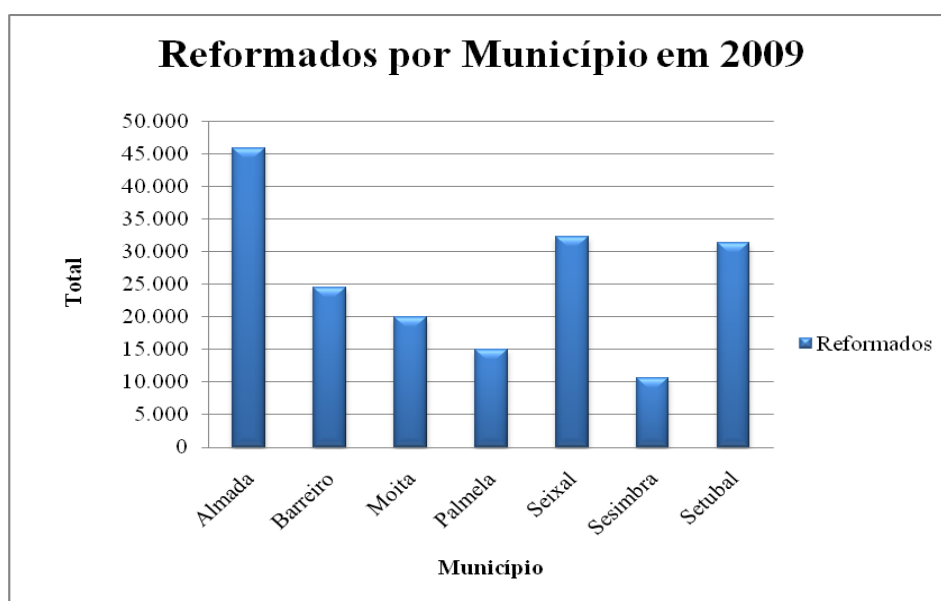


Gráfico 5: Reformados por município, em 2009 (Fonte: INE)

Pela análise dos dados apresentados, verifica-se que existe em cada uma das sete autarquias um maior número de pessoas idosas comparando com o universo total de alunos do 1º ciclo.

IV. METODOLOGIA

De acordo com Pires (1989), o processo de investigação tem uma determinada metodologia relativa ao conjunto de operações que nos levam à verificação dos propósitos da investigação.

Desta forma, encontram-se expostos neste ponto os procedimentos metodológicos que se decidiu adoptar, com vista a alcançar os objectivos estabelecidos.

1. DEFINIÇÃO DA AMOSTRA

Este estudo encontra-se direccionado para uma população específica: os agentes responsáveis pelo desporto nas autarquias. Sendo assim, definimos que o estudo seria constituído por sete agentes responsáveis, em sete das nove autarquias da Península de Setúbal (Almada, Barreiro, Moita, Palmela, Sesimbra Seixal e Setúbal). É possível, assim, ter uma amostra considerável de autarquias que nos permita retirar conclusões sobre as práticas desportivas que a generalidade dos municípios da Península de Setúbal promove.

Como tal e devidamente autorizados, passaremos a nomeá-los:

- Chefe de Divisão de Desporto da Câmara Municipal de Palmela;
- Chefe de Divisão de Educação, Juventude e Desporto da Câmara Municipal de Sesimbra;
- Técnica Superior da Divisão de Desporto da Câmara Municipal de Almada (em representação do Chefe de Divisão de Desporto da Câmara Municipal de Almada);
- Chefe de Divisão de Desporto da Câmara Municipal do Barreiro;
- Chefe de Divisão de Desporto da Câmara Municipal de Setúbal;
- Chefe de Divisão de Desporto da Câmara Municipal da Moita;
- Chefe de Divisão de Desporto da Câmara Municipal do Seixal;

2. DEFINIÇÃO DO INSTRUMENTO

Para a recolha de informação, estabelecemos como instrumento o questionário aberto. Este é caracterizado, segundo Matalon (2005, p. 64), pela “formulação e a ordem das questões ser fixas, mas a pessoa pode dar uma resposta tão longa quanto desejar e pode ser incitada por insistência do entrevistador.”

Optámos, no presente estudo, por este tipo de questionário, uma vez que certifica que os dados obtidos serão comparáveis entre os vários sujeitos.

3. ELABORAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Iniciamos um processo de construção de um guião de questionário que permita recolher dados fundamentais para o estudo. Desta forma, ao responder às questões colocadas, o sujeito intervém na produção de informação.

O objectivo deste guião de questionário é averiguar a sensibilidade dos diferentes agentes relativamente aos temas abordados no campo teórico e considerados fundamentais para o estudo em questão.

Como tal, elaborámos quatro grupos de questões (no total oito perguntas) que passaremos a enunciar:

- 1 - Em termos macro, qual o papel reservado para a autarquia ao nível do desporto?
- 2 - Como situa comparativamente o seu concelho com outros existentes na Península de Setúbal ao nível do desenvolvimento desportivo? Existem tendências regionais?
- 3 - Qual a sua sensibilidade para a necessidade de prática desportiva de crianças das escolas do 1º ciclo e de idosos? Tendo em conta as suas necessidades específicas, como equacionam o acesso destes segmentos populacionais às práticas desportivas? Existem programas específicos para estes segmentos?
- 4 - Existem complexos de Piscinas Municipais no seu Concelho? De que forma a sua autarquia promove a prática de actividades aquáticas aos seus munícipes?

4. APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Cada questionário foi realizado com autorização prévia dos entrevistados. No sentido de os contextualizar, foram fornecidas algumas informações pelo seu endereço electrónico sobre a temática do estudo e consequentemente do questionário.

Os questionários demoraram cerca de 20 minutos, sendo os indivíduos entrevistados individualmente num gabinete da respectiva autarquia. Cada questionário foi gravado e posteriormente foram transcritas as respostas.

Apesar de cada questionário ter um carácter confidencial e sério, procurou-se que os indivíduos estivessem à vontade para falar livremente sobre os seus pontos de vista, sem qualquer tipo de condicionamento.

5. PROCESSO ANALÍTICO

Após a transcrição de cada questionário, estes foram analisados de acordo com o contexto, objectivos e conceitos do estudo. Os dados recolhidos no decorrer do questionário não respondem por si só às questões colocadas, precisando como tal de ser tratados.

Relativamente aos objectivos do estudo, recorremos à técnica de análise do conteúdo para o tratamento dos documentos recolhidos e dos dados resultantes dos questionários. A análise dos mesmos (efectuada após uma audição repetida) levou à anotação das ideias-chave, sobressaindo possíveis divergências e pontos de vista, reflectindo-se depois sobre potenciais revelações.

De acordo com Bardin (2004 p. 95) a análise do conteúdo “nos dias de hoje resume-se a um conjunto de técnicas de análise, geralmente das comunicações, que visam obter através de procedimentos sistemáticos e objectivos, a descrição do conteúdo das mensagens, além de indicadores que permitam a interferência de conhecimentos relativos aos mesmos conteúdos.” Esta análise de conteúdo tem na sua fase exploratória de um estudo de investigação uma função de descoberta de pistas de trabalho e ideias.

Com o objectivo de comparar a frequência dos temas, previamente agrupados em categorias definidas (com base na literatura pesquisada), pretendemos ainda utilizar a análise categorial.

Segundo Carmo (1998), as categorias são indicações significativas, em função das quais o conteúdo é classificado. O mesmo autor (1998, p.256), considera que “a escolha das categorias é fundamental na análise de conteúdo. As categorias devem ter as seguintes características: exaustivas, exclusivas, objectivas e pertinentes.”

Numa primeira fase, procedemos à escolha dos documentos a analisar, sendo constituídos por:

- Bibliografia relacionada com a temática do estudo;
- Transcrição dos questionários aos agentes das autarquias pré-seleccionados.

Foi assim constituído um *corpus* documental, do qual fazem parte a transcrição de todos os questionários efectuados. Este *corpus* fundamental foi submetido ao processo de análise do conteúdo, como referido anteriormente. As questões que integram o guião do questionário foram estabelecidas segundo categorias definidas de acordo com o campo teórico de análise.

As variáveis seleccionadas foram definidas de forma objectiva e clara, para fornecer resultados e indicadores. Assim, as seguintes categorias formularam-se com base nos objectivos gerais/específicos do estudo e também na análise documental, o que, por sua vez, sustentou a elaboração de questões que compõem o guião do questionário.

6. ANÁLISE CATEGORIAL

Categoria 1: Desporto e autarquia / tendências regionais

Conhecendo os princípios e domínios de intervenção das autarquias, interessa saber o papel do desporto em cada município e a importância que as actividades desportivas aí têm para a consolidação das políticas desportivas.

Sendo fundamental desenvolver mecanismos de aproximação entre municípios, consolidando, assim, uma identidade da Península de Setúbal para o exterior, é importante questionar acerca da existência de tendências regionais nessa região com projectos e estratégias que se traduzam em políticas comuns de actuação e que possam igualmente identificar diferenças entre os municípios.

Categoria 2: Programas de actividade física aplicados aos alunos do 1º ciclo

Sabendo dos benefícios para a saúde da actividade física nas crianças e considerando as competências dos municípios na promoção de programas de actividades física para os alunos do 1º ciclo junto das escolas, torna-se necessário fazer um levantamento dos programas que as autarquias promovem.

Categoria 3: Programas de actividade física aplicados aos idosos

Os benefícios para a saúde da prática actividade física são uma realidade para combater o sedentarismo e o isolamento para os idosos. Considerando as competências dos municípios na promoção de programas de actividades física na população idosa, torna-se necessário, seguindo o exemplo da categoria anterior, fazer um levantamento dos programas que as autarquias promovem para este segmento da população.

Categoria 4: Instalações desportivas / Complexos municipais de piscinas

As instalações desportivas são espaços específicos que pretendem responder às solicitações da população tendo por objectivo o desenvolvimento das actividades desportivas.

Considerando que o planeamento das instalações desportivas pode ser dirigido a sectores específicos que incluem determinadas modalidades e tendo em conta a área profissional de intervenção do autor relacionada com as piscinas, esta categoria está ligada à promoção que cada autarquia efectua relativamente às actividades aquáticas. Estas são uma das áreas que gera um grande fluxo de utilização por parte dos munícipes e na qual as autarquias devem apostar, através dos equipamentos municipais geridos de acordo com objectivos previamente definidos.

V. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos permitem realizar uma caracterização geral da realidade desportiva dos sete municípios, na medida em que estes possuem um conjunto de actividades para diferentes alvos da população.

Ao iniciarmos a análise dos objectivos propostos, iniciaremos com reflexão do papel reservado para o desporto em cada autarquia (Categoria 1). Seguidamente, analisam-se os resultados relativamente à existência de tendências desportivas regionais na Península de Setúbal (Categoria 1). No seguimento, examinamos mais detalhadamente os resultados referentes aos diferentes programas de promoção de actividade física aplicados aos alunos do 1º ciclo e população idosa por cada município (Categorias 2 e 3). Por último, apresentam-se os resultados referentes às actividades aquáticas e de que forma elas são promovidas em cada autarquia tendo em conta as instalações necessárias para o efeito (Categoria 4).

Categoria 1: Desporto e autarquia / tendências regionais

Neste ponto analisa-se a importância do desporto para cada um dos municípios do estudo. O seguinte quadro de resultados resume as respostas dos entrevistados a esta questão:

Autarquias	Questão: Em termos macro, qual o papel reservado para a autarquia ao nível do desporto?
Almada	<p>“O desporto para todos ainda é uma bandeira consagrada no plano de desporto da Câmara Municipal de Almada.”</p> <p>“A Câmara tenta realizar programas de oferta para os munícipes totalmente gratuitos alguns deles, outros baseados no princípio da equidade social, que exige pagamento conforme o escalão social.”</p> <p>“(…) [A]gora está numa fase um pouco diferente que é proporcionar condições para as pessoas praticarem desporto, seja através do melhoramento das instalações desportivas, seja através da oferta de programas desportivos para a população (…).”</p>
Barreiro	<p>“(…) [A] importância a nível financeiro não será tão grande como em anos anteriores.”</p> <p>“O concelho do Barreiro já está melhor neste momento, mas ainda pode carecer de uma outra instalação desportiva que dê uma resposta mais abrangente às necessidades (…). Todas as actividades promovidas pelo município, quer individualmente, quer em conjunto com o movimento associativo, são dirigidas a todos, sem excepção (…).”</p>

	<p>“Como já referi, o nosso movimento associativo, para além de muito grande é muito forte, existe muita actividade desportiva promovida pelo mesmo (...).”</p>
Moita	<p>“Dentro das condições que temos e do orçamento, gostaríamos de fazer mais, pensamos que teríamos condições para fazer mais, mas dentro daquilo que temos conseguimos atingir as populações alvo.”</p>
	<p>“Nós garantimos esse acesso através da gratuitidade inscrições (...) apoio ao movimento associativo e outras actividades (...).”</p>
Palmela	<p>“A partir de 1996 com a divisão do desporto do então departamento de acção sócio-cultural, o desporto passou a ter outro protagonismo na política da Câmara Municipal.”</p> <p>“A Câmara de Palmela tem apostado em desenvolver uma política desportiva que se pode dizer dirigida e vocacionada para meia dúzia de modalidades desportivas que se sentiu na génese dos programas desportivos e que o movimento associativo e as escolas mais atenção dedicavam.”</p> <p>“(…) [A]s políticas desportivas do município desenvolvem [-se] segundo duas grandes áreas. A área da divisão de desporto e a área da empresa municipal que gere os quatro equipamentos desportivos.”</p>
Seixal	<p>“A autarquia cumpre à partida uma missão importante que é a democratização da prática desportiva garantindo condições e promovendo um conjunto de acções que garantam um alargamento geral da prática desportiva (...).”</p> <p>“(…) [T]emos um conjunto de equipamentos desportivos que estão abertos à população, praticamos um conjunto de preços muito baixo relativamente ao que se pratica na área metropolitana de Lisboa.”</p>
Sesimbra	<p>“(…) [A] Câmara Municipal de Sesimbra tem duas vertentes. Uma que é da responsabilidade da autarquia que é o fomentar a actividade desportiva onde o movimento associativo não toca, e outra de apoio ao movimento associativo através da contratação de técnicos para o desenvolvimento de algumas modalidades.”</p> <p>“O que estamos a fazer é promover a actividade física e não desenvolver a prática desportiva.”</p>
Setúbal	<p>“O Desporto é visto como uma forma de cumprir a missão da Câmara de desenvolver e melhorar a qualidade de vida das populações, (...) pelo que estimula a prática de actividade física e desportiva pelos municípios (...).”</p> <p>“As estratégias adoptadas passam pela implementação de actividades desportivas direccionadas a públicos específicos; pela edificação de instalações desportivas que ou gere directamente, ou cede a sua gestão a associações; organiza ela própria ou apoia e colabora na organização de acções desportivas pelo movimento associativo.”</p>

Quadro 6: Excertos das respostas da Categoria 1

No quadro seguinte indicam-se os resultados referentes à existência de tendências desportivas regionais na Península de Setúbal e a situação comparativa entre os municípios ao nível do desenvolvimento desportivo:

Autarquias	Questão: Como situa comparativamente o seu concelho com outros existentes na Península de Setúbal ao nível do desenvolvimento desportivo? Existem tendências regionais?
Almada	“Penso que se está a tentar criar uma tendência. Existe os Jogos do Futuro, que é feito aqui na Península de Setúbal em que se tenta criar uma tendência regional.”
Barreiro	<p>“Relativamente à política desportiva inter-municipal, é de certa forma marcada pelos mesmos interesses (...).”</p> <p>“(...) [A]s câmaras da Península de Setúbal em 2007 realizaram uma iniciativa que foi o Fórum do Desporto e que foi um aproximar da discussão entre todos (...).”</p> <p>“Uma das decisões deste Fórum do Desporto foi a realização dos Jogos do Futuro, que se realizaram em 2009 e agora voltarão em 2011. Nesta iniciativa os municípios dão a conhecer às populações aquilo que cada um deles pratica a nível desportivo no seu concelho.”</p>
Moita	“Aquando da realização do Fórum do Desporto foram efectuados estudos ao nível do investimento que cada uma das autarquias da Península de Setúbal na área do desporto, e verificamos relativamente à Moita que apesar de termos muitos projectos e fazermos muitas coisas, o nosso investimento não é significativo relativamente a outros concelhos.”
Palmela	<p>“Nós com as nossas características talvez nos situemos mais próximos ao nível de desenvolvimento desportivo com o Barreiro e Palmela (...).”</p> <p>“Diremos que comparando os concelhos de média dimensão, não direi que estamos à frente mas estamos bem posicionados.”</p> <p>“(...) [P]articipamos em alguns eventos como os Jogos do Futuro, Fórum do Desporto.”</p> <p>“Penso que existe um pensamento de identidade na Península que se tem vindo a desenvolver não só no desporto mas também noutras áreas.”</p>
Seixal	<p>“A questão das tendências regionais não me parece que exista.”</p> <p>“Existe (...) uma política desportiva dentro de cada autarquia que implica acima de tudo um conjunto de esforços que têm de ser assumidos desde que se considere o que é importante para a população.”</p>
Sesimbra	<p>“(...) [Q]uando chegamos aos Jogos do Futuro, verificamos que existe uma grande disparidade entre municípios. Almada, Setúbal e Seixal têm mais facilidade em obter resultados pela sua dimensão populacional comparando com Alcochete, Palmela e Sesimbra.”</p> <p>“Há muitas disparidades entre os municípios, algumas delas são derivadas da população que cada município tem (...).”</p> <p>“Em relação aos outros municípios, não podemos dizer que estamos melhor nem pior.”</p>
Setúbal	Não se conseguiu obter nenhuma resposta à questão.

Quadro 7: Excertos das respostas da Categoria 1

A observação dos resultados às respostas das duas questões dos Quadros 6 e 7, permite-nos afirmar o seguinte:

Quadro 6:

- Pelas respostas dos entrevistados verifica-se que a aplicação de práticas ligadas ao desporto é uma realidade muito presente em todas as autarquias. Em Almada, o desporto é mesmo considerado um desígnio do município.
- Os resultados indicam uma preocupação de todos os municípios em criar condições para que a oferta desportiva e a aplicação de programas de actividade física sejam massificadas e dirigidas a todos os munícipes sem excepção, fomentando-se assim o “Desporto para Todos”.
- Em Palmela existe a única empresa municipal (dos municípios da Península de Setúbal) que gere os equipamentos desportivos. O Chefe de Divisão da respectiva autarquia realçou que o desporto ganhou outro protagonismo nessa câmara após a Divisão de Desporto se separar de outro departamento, ficando assim uma divisão independente. De todas as câmaras associadas a este estudo, apenas o município de Sesimbra não possui uma Divisão de Desporto autónoma.
- As autarquias do Barreiro, Moita, Sesimbra, Palmela e Setúbal prestam apoio ao movimento associativo. Considera-se assim, que o movimento associativo tem um papel importante e activo na maioria dos municípios.
- O orçamento para o desporto não é muito significativo nos municípios do Barreiro e Moita.
- Na sua oferta desportiva, Seixal, Almada e Moita aplicam preços muito reduzidos ou mesmo gratuitos aos seus munícipes.
- Em sete, cinco autarquias (Almada, Seixal, Palmela, Setúbal e Barreiro) referem utilizar instalações municipais na oferta de actividades desportivas aos seus munícipes.

Quadro 7:

- As autarquias de Almada, Palmela e Barreiro consideram haver tendências desportivas regionais. Opinião contrária é revelada pelo município do Seixal.
- Todas as autarquias, excepto o Seixal, focaram neste ponto a participação no Fórum do Desporto e Jogos do Futuro. Estes são dois projectos que envolvem os municípios da Península de Setúbal, com o objectivo de se debater em conjunto questões ligadas ao desporto/autarquias (Forúm do Desporto) e também de dar a

conhecer a realidade desportiva daquilo que se pratica em cada concelho da Península (Jogos do Futuro).

- A existência de diferenças ao nível do desenvolvimento desportivo é realçada por três autarquias (Sesimbra, Palmela e Moita). Os entrevistados invocam razões relacionadas com diferenças acentuadas ao nível populacional e de investimento para o desporto, em que as autarquias do Seixal, Almada e Setúbal têm melhores índices comparando com os restantes municípios da Península de Setúbal.

Categoria 2: Programas de actividade física aplicados aos alunos do 1º ciclo

O quadro seguinte procura fazer um levantamento dos programas que cada uma das sete autarquias possui especificamente para os alunos das escolas do 1º ciclo.

Autarquias	Questão: Qual a sua sensibilidade para a necessidade de prática desportiva de crianças das escolas do 1º ciclo? Tendo em conta as suas necessidades específicas, como equacionam o acesso destes segmentos populacionais às práticas desportivas? Existem programas específicos para estes segmentos?
Almada	<p>“Ao nível do Departamento do Desporto, (...) há dois tipos de programas: o apoio ao nível do corta-mato que é realizado pela Câmara; também existe ao nível de apoio ao 1º ciclo um programa de desenvolvimento da modalidade de xadrez.”</p> <p>“Para resumir, ao nível do 1º ciclo a Câmara faz parcerias apoiando no que for necessário e promove dois programas das modalidades de xadrez e corta-mato.”</p>
Barreiro	<p>“(…) [T]emos a iniciação de todas as crianças que frequentam o ensino básico ao primeiro contacto com a natação. Todas as crianças do terceiro ano do ensino básico, em todas as turmas das escolas do concelho, têm aulas da natação. A Câmara tem um autocarro que vai buscar os alunos às escolas e leva-os à piscina.”</p>
Moita	<p>“A sensibilidade da Câmara e dos técnicos que enquadram esta divisão a nível destas populações-alvo é muito grande”</p> <p>“Escola a Nadar” é um projecto de natação que proporciona às escolas do 1º ciclo, não só o transporte assim como o enquadramento técnico e o acesso gratuito à piscina, isto para turmas do 4º ano de escolaridade, em que é organizado um calendário e são transportadas as crianças da escola para a piscina.”</p> <p>“Temos também um projecto de iniciação aos jogos tradicionais portugueses que é dinamizado directamente nas escolas do 1º ciclo através dos técnicos da Câmara.”</p>
Palmela	<p>“(…) [A]té ao surgimento das AECS nós tínhamos um programa de apoio específico às docentes do 1º ciclo ao nível da Educação Física e mais especificamente da natação.”</p> <p>“Também ao nível do apoio ao 1º ciclo muitas escolas do concelho foram</p>

	apetrechadas com material para apoio à realização da Educação Física.”
	“Quanto ao apoio às crianças em idade do 1º ciclo a divisão de desporto sempre que necessário presta apoio e colabora, mas as competências maiores são da divisão de educação da Câmara.”
Seixal	<p>“Nós temos programas para populações específicas nomeadamente alunos das escolas básicas (...).”</p> <p>“Em relação aos programas de apoio para o 1º ciclo, o nosso objectivo é fazer cumprir o programa de Educação Física (...).”</p> <p>“(…) [T]entamos abrir actividades para que as crianças as possam frequentar acompanhadas de professores ou então vamos à escola para sensibilizar e dar apoio aos professores que têm falhas na sua formação para garantir que a criança, dentro do seu horário curricular, tenha aulas de Educação Física. (...) durante a semana de forma gratuita sem que as famílias tenham que suportar o custo da actividade que lhe é por direito de constituição.”</p>
Sesimbra	“(…) [A]o nível jovem nós temos as aulas de movimento em idade pré-escolar com quatro técnicos associados ao projecto e temos um outro projecto que é a adaptação ao meio aquático para as crianças em idade pré-escolar.”
Setúbal	<p>“Está criado na unidade orgânica interna da Divisão de Desporto um Sector de Desporto Escolar (...) que implementa programas de promoção de actividade física e desportiva para todos os segmentos da população escolar, desde o pré-escolar ao ensino superior.”</p> <p>“O acesso destes segmentos populacionais à prática desportiva é promovido pela Câmara em termos globais e massificados (...).”</p> <p>“O projecto “Desporto nas Escolas do 1º ciclo” para as escolas do 1º ciclo do ensino básico do concelho, compõe-se de actividades pontuais de atletismo e <i>ateliers</i> de expressão, realizados uma vez por período, para além do Andebol e Dança em certas escolas. Os <i>ateliers</i> são de Jogos Desportivos, Jogos Tradicionais e Circuitos Gímnicos, um em cada período.”</p> <p>“O objectivo geral: desenvolvimento global da criança – a nível físico e social; contribuir para a igualdade de oportunidades; estimular o gosto pela prática de actividade física.”</p>

Quadro 8: Excertos das respostas da Categoria 2

No que se refere aos programas de actividade física para os alunos do 1º ciclo, podemos referir:

- Existe por parte dos entrevistados uma sensibilidade no que se refere à importância da prática de actividade física nas crianças em idade do 1º ciclo.
- Cinco autarquias possuem programas específicos de actividade física gratuitos para os alunos em parceria com a comunidade educativa, havendo assim uma tendência

de colaboração entre os municípios e as escolas para promover a actividade física aos alunos das escolas do 1º ciclo.

- Somente o município de Palmela e Sesimbra não têm programas próprios para estes alunos. No que se refere ao primeiro, apesar de não ter responsabilidade directa sobre as competências do 1º ciclo (Divisão de Educação), a Divisão de Desporto colabora de forma indirecta com apoio caso seja necessário (p.e.: material). Em Sesimbra não foi referido por parte do entrevistado qualquer tipo de acção da parte do município no que se refere aos alunos das escolas do 1º ciclo (apenas pré-escolar).

- Relativamente às actividades desenvolvidas, nas cinco autarquias com programas específicos (Almada, Barreiro, Setúbal, Moita, Seixal), as matérias de natação (Seixal, Barreiro e Moita), atletismo (Almada, Seixal e Setúbal) e jogos tradicionais (Moita e Setúbal) são as mais fomentadas, como se verifica no gráfico seguinte:

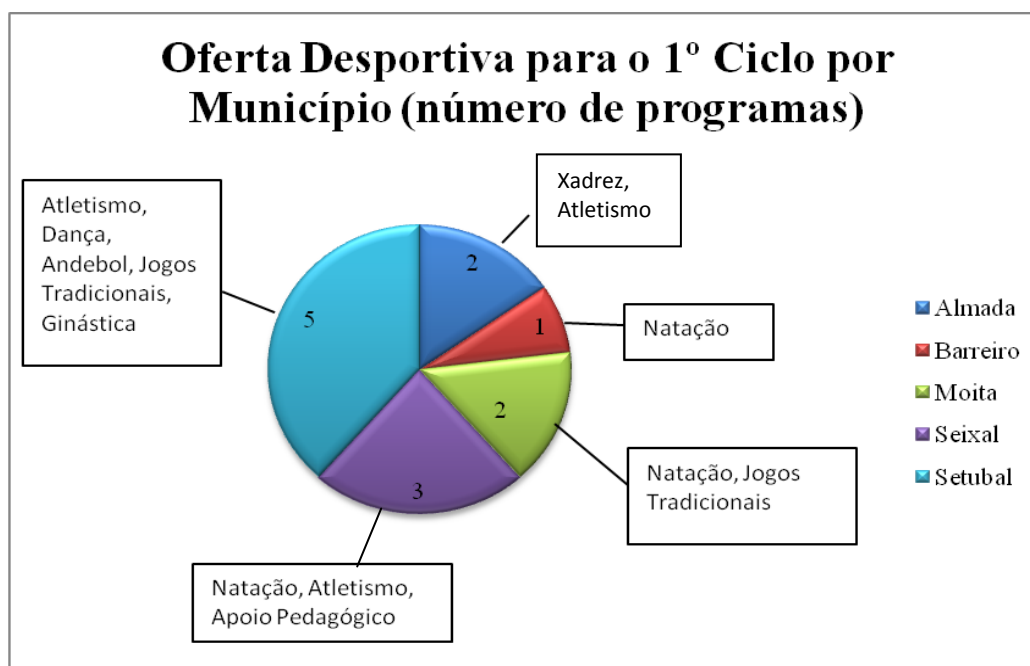


Gráfico 6: Oferta desportiva para o 1º ciclo

- Relativamente ao programa de actividade física para o 1º ciclo da matéria de natação, as autarquias que o aplicam (Seixal, Barreiro e Moita), para além de colocarem à disposição das escolas e dos alunos instalações e técnicos para a leccionação das aulas, ainda fornecem veículo próprio da autarquia para transportar os alunos da escola para a piscina. No concelho do Seixal o programa da natação está destinado aos alunos

do 3º e 4º anos de escolaridade enquanto no concelho da Moita (4º ano) e do Barreiro (3º ano) somente um ano de escolaridade tem acesso ao programa.

- Das sete autarquias do estudo, verificamos pelas respostas dos entrevistados que os municípios do Seixal e Setúbal são aqueles que mais programas desenvolvem para os alunos do 1º ciclo. O seu objectivo é que os alunos do concelho participem o mais possível num leque variado de actividades promovidas pela autarquia, em parceria com as escolas, servindo como um complemento para cumprir o Programa Nacional de Educação Física, promovendo-se, assim, o gosto pela prática regular de actividade física nos alunos.

Categoria 3: Programas de actividade física aplicados aos idosos

Seguindo uma lógica idêntica à categoria anterior, o quadro seguinte procura fazer um levantamento dos programas de actividade física para os idosos em cada município.

Autarquias	Questão: Qual a sua sensibilidade para a necessidade de prática desportiva da população idosa? Tendo em conta as suas necessidades específicas, como equacionam o acesso destes segmentos populacionais às práticas desportivas? Existem programas específicos para estes segmentos?
Almada	<p>“(…) [O] programa de saúde e condição física que é o programa “Alma Sénior”, (…) onde os idosos podem praticar dois tipos de actividades regulares: hidro-sénior e ginástica de manutenção. (…) [T]ambém tem um conjunto de actividades ocasionais como por exemplo caminhadas, passeios culturais, entre outros.”</p> <p>“(…) [A]s pessoas devem dirigir-se à Junta de Freguesia com o seu cartão de eleitor e a Junta vai atribuir-lhes um escalão desde o um até ao seis consoante a sua reforma. Depois de lhe ser atribuído esse escalão os idosos dirigem-se aos locais de prática e depois pagam essa actividade consoante o seu escalão.”</p>
Barreiro	<p>“Para a população sénior ou reformada, durante o dia, nas duas piscinas, têm diversas actividades, como hidroginástica, hidroterapia, natação, etc.”</p> <p>“(…) [A] divisão de acção social promove um programa próprio que é o Programa Sénior que engloba um conjunto de actividades desportivas de ginástica com 15 centros de ginástica espalhados por diversas colectividades do concelho que envolve cerca de 1600 seniores em actividade.”</p>
Moita	<p>“Na população idosa, não só trabalhamos com os centros de reformados aqui do concelho como também com alguns lares. As actividades são desenvolvidas nos próprios centros de reformados, no nosso pavilhão desportivo (...). Também proporcionamos ginástica na praia e na mata da Machada.”</p>

	“(…) [O] projecto Movimento Sénior, onde também os idosos vão fazer aulas de natação, são totalmente gratuitos.”
Palmela	<p>“O acesso desses segmentos já foi mais difícil, sobretudo por uma questão cultural. (…) Hoje em dia, em 2010 as pessoas com 60 e 70 anos já são de outra geração, com outros hábitos desportivos e que já não têm tantos condicionalismos.”</p> <p>“[No] Programa + 60 (…) envolvemos três modalidades que são a dança, ginástica e natação e mais algumas actividades pontuais no Verão.”</p> <p>“Programa Viver Melhor Viver Com Autonomia, também dirigido à população idosa institucionalizada, (…) população idosa que dalguma forma passa as dias nas instituições de solidariedade social que têm uma menor capacidade de mobilidade (…)”</p>
Seixal	<p>“(…) [S]ão uma camada da população que merece uma atenção especial pelo facto de terem tendência para o sedentarismo, isolamento (…)”</p> <p>“(…) abertura de actividades a título gratuito como, por exemplo, a frequência das piscinas ou um apoio directo às entidades no sentido de mobilizarem através de um técnico especializado actividade física nas suas unidades, que são as associações de reformados que têm instalações próprias que podem utilizar.”</p> <p>“(…) o projecto Viver com Saúde ou Ciclismo para a Vida, em que associamos todos esses programas a essa camada da população.”</p>
Sesimbra	<p>“(…) Sempre a Mexer para não Envelhecer na área da terceira idade, com 12 turmas em funcionamento com população sénior em actividade (…)”</p> <p>“Gym na Praia em que damos a conhecer o trabalho dos idosos nas colectividades, clubes e aulas promovidas pela câmara (…)”</p> <p>“Tentamos assim englobar a actividade física com o ambiente e com o património de Sesimbra.”</p>
Setúbal	<p>“(…) projecto “Desportivamente em (Re)Forma”, desenvolvido em articulação com a Divisão de Inclusão Social, que envolve todos os anos cerca de 700 idosos, (…) promove a ginástica, hidroginástica, as Danças Sociais e o Controlo e Avaliação da Condição Física.”</p> <p>“(…) objectivos: promover o bem-estar, saúde e qualidade de vida, prevenir doenças, proporcionar momentos de convívio e lazer e minimizar situações de isolamento.”</p>

Quadro 9: Excertos das respostas da Categoria 3

Relativamente aos programas de actividade física para a população idosa, de acordo com o quadro anterior podemos concluir:

- Todas as autarquias possuem programas de actividade específicos para esta camada da população. Verifica-se assim, que existe uma preocupação por parte da maioria das câmaras da península de Setúbal com a população idosa, consolidando estes

projectos em colaboração com diversas entidades nos diferentes concelhos (p.e.: associações de reformados, lares de idosos, juntas de freguesia, movimento associativo).

- Existe uma tendência para envolver o meio ambiente na oferta de programas de actividade física aos idosos (p.e.: actividades na praia, ciclismo, caminhadas, passeios culturais). Isso mesmo é referido pelo Chefe de Divisão da Câmara Municipal de Sesimbra na entrevista.

- As actividades promovidas pelas entidades locais têm um custo reduzido ou mesmo nulo para os idosos que nelas participam (p.e.: autarquia de Almada em que os idosos pagam de acordo com um escalão estipulado consoante a sua reforma). Este aspecto foi focado por todos os entrevistados.

- Relativamente às diferentes acções promovidas para idosos, o gráfico seguinte apresenta os projectos e actividades que cada um dos sete municípios desenvolve:



Gráfico 7: Oferta desportiva para os idosos

Através da sua análise, pode afirmar-se que as actividades gímnicas e as actividades aquáticas são promovidas na generalidade dos municípios (somente a autarquia de Sesimbra não possui oferta de actividades aquáticas aos idosos), sendo as acções mais fomentadas pelos municípios da Península de Setúbal na oferta de actividade física para os idosos. Apesar de não haver dados relativamente ao número de participantes e de acções promovidas, pelo conjunto de projectos e diversidade de oferta de actividades, parece-nos que Seixal, Palmela e Setúbal apresentam uma oferta desportiva mais generalizada e diversificada.

Categoria 4: Instalações desportivas / Complexos municipais de piscinas

Com a questão seguinte, pretende-se conhecer um pouco da realidade desportiva em cada concelho ao nível das actividades aquáticas e de que forma são utilizadas as Piscinas Municipais para fomentar essas práticas.

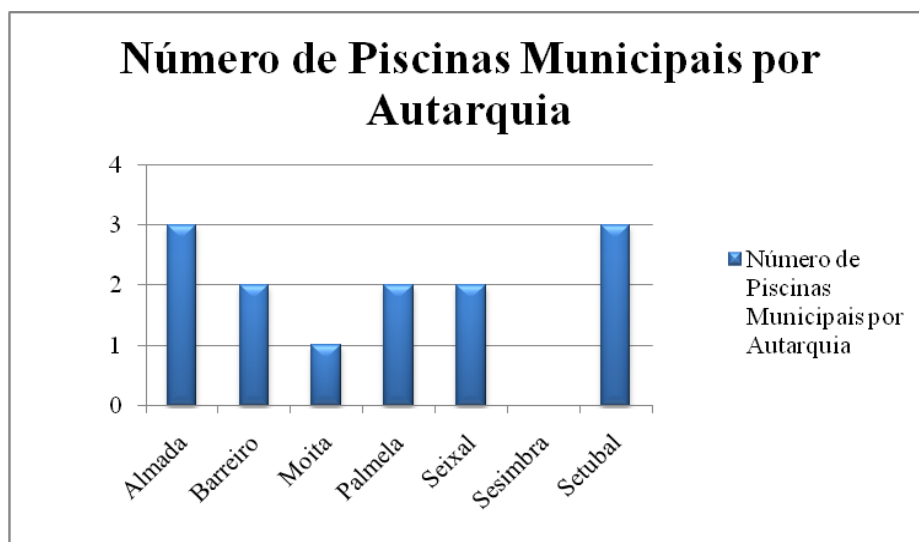
Autarquias	Questão: Existem complexos de Piscinas Municipais no seu Concelho? De que forma a sua autarquia promove a prática de actividades aquáticas aos seus munícipes?
Almada	<p>“Pertencentes à autarquia existem três piscinas. (...) [E]xistem convénios, instituições para pessoas com deficiência, oferecendo um preço social.”</p> <p>“As piscinas têm os programas normais de adaptação ao meio aquático, hidroginástica, natação livre e natação para bebés.”</p>
Barreiro	<p>“(…) [A] piscina do Barreiro como a piscina municipal do Lavradio, que são as duas piscinas municipais existentes no concelho do Barreiro, têm um conjunto de aulas dirigidas não só à população sénior, como à população jovem, desde bebés até jovens em idades escolar.”</p> <p>“(…) gestão camarária de 2ª a 6ª até às 18h30m e a partir dessa hora são os clubes que ficam responsáveis por essas actividades. Tentamos assim não “matar” a autonomia do movimento associativo nas modalidades que possam ter.”</p>
Moita	<p>“Dentro da piscina municipal (...) que a temos há dez anos, (...) [a] gestão desta piscina é totalmente camarária.”</p> <p>“As taxas aplicadas a outros utentes consideramos serem acessíveis, permitindo que as pessoas acedam com relativa facilidade aos serviços prestados.”</p>
Palmela	<p>“(…) [O] desporto teve um crescimento até 1999 com a criação da piscina Municipal de Pinhal Novo (...) e em 1993 a piscina de Palmela.”</p> <p>“Neste momento é a empresa que gere as piscinas com a autonomia que a Câmara lhe concede, ou seja, não existe nenhum acompanhamento directo da divisão de desporto como já aconteceu no passado.”</p>

Seixal	<p>“Nas nossas duas piscinas colocamos à disposição um conjunto de actividades perfeitamente enquadradas tecnicamente (...).”</p> <p>“Organizamos um conjunto de actividades que rentabilizem o equipamento, já que o investimento municipal precisa de ser rentabilizado.”</p> <p>“A chave de um bom serviço público desportivo é apostar na qualidade acima de tudo.”</p>
Sesimbra	<p>“Nós não temos piscinas municipais, temos um contrato de programa para utilizar pistas a determinadas horas para a prática desportiva pela comunidade educativa em pré-escolar. As crianças que têm necessidades educativas especiais, também têm uma classe própria assegurada pela câmara.”</p>
Setúbal	<p>“Existem 3 piscinas municipais: Piscina Municipal de Azeitão com gestão da Câmara, Piscina Municipal das Palmeiras com gestão entregue ao Clube Naval Setubalense, e Piscinas Municipais das Manteigadas, geridas pela Câmara. Esta Piscina não é coberta, e está mais vocacionada para o recreio da população nos meses de Verão (...).”</p> <p>“As Piscinas de Azeitão e das Palmeiras são cobertas, e têm as actividades normais de natação recreativa (tempos livres), aprendizagem, competição, acolhimento dos projectos municipais com escolas e idosos.”</p>

Quadro 10: Excertos das respostas da Categoria 4

A observação dos resultados às respostas da questão da categoria 4 do quadro 10, permite-nos afirmar o seguinte:

- Seis autarquias têm complexos municipais de piscinas. Somente Sesimbra não tem piscinas municipais, apesar de estabelecer contratos com piscinas para exploração de alguns horários que permitam a utilização por parte da comunidade educativa do pré-escolar e crianças com necessidades educativas especiais.

**Gráfico 8:** Número de piscinas municipais por autarquia

- Verifica-se uma orientação no sentido dos complexos municipais de piscinas aplicarem preços reduzidos, existindo igualmente um leque variado de opções (p.e.: natação para bebés, hidroginástica, adaptação ao meio aquático) para todas as idades e necessidades dos munícipes ao nível das actividades aquáticas. A utilização de piscinas como instalações desportivas municipais constitui, assim, um factor importante para o fomento da prática de actividade física dos munícipes da maioria dos concelhos da Península de Setúbal.

- Quanto ao tipo de gestão, as piscinas municipais de Almada, Moita e Palmela (através da empresa municipal que gere os equipamentos) têm uma gestão directa, feita pelos serviços municipais de desporto. Quanto aos concelhos do Barreiro e Seixal, a gestão dessas instalações municipais é mista, feita pela Divisão de Desporto e em alguns horários com responsabilidade de clubes e colectividades (movimento associativo). O concelho de Setúbal apresenta um dado curioso quanto ao tipo de gestão. Das três piscinas municipais, duas têm gestão directa (complexo de piscinas municipais de Azeitão e Manteigadas) enquanto uma tem uma gestão indirecta, feita por um clube (complexo de piscinas municipais de Palmeiras).

- Todas as autarquias que possuem piscinas municipais utilizam essas instalações para promover programas de actividade física para idosos. Considera-se que este tipo de equipamentos municipais é um veículo de promoção de actividades física na população idosa. Esta relação pode ser feita pelos resultados apresentados nas categorias 3 e 4.

- Para as crianças do 1º ciclo, como foi referido anteriormente, as piscinas municipais são exploradas pelos três municípios (Barreiro, Seixal e Moita) para acolhimento dos projectos municipais com escolas do ensino básico (relação entre os resultados apresentados nas categorias 2 e 4).

VI. CONCLUSÕES

Quer pelo contributo enquanto actividade com valor formativo, social e cultural, quer como consequência do reconhecimento da sua evolução, o desporto ocupa actualmente um lugar de grande relevância na sociedade. A população tomou consciência de que o acesso à prática de actividade física, valioso para que o indivíduo se mantenha na sua plenitude física e mental, contribuindo para aumentar a longevidade, é um direito que lhe foi concedido.

A criação de um plano estratégico ao nível das políticas desportivas dos municípios, abrangidos pela Península de Setúbal, deve assentar nos desígnios emanados na Constituição da República Portuguesa. De entre as diversas medidas políticas a desenvolver, o papel das autarquias abrangidas pela Península de Setúbal deve ser o de facultar o acesso à prática de actividade física das populações, criando para o efeito condições mais fáceis de acesso às actividades desportivas ao maior número de pessoas de diferentes grupos etários e sociais através de condições que auxiliem a maior capacitação dos indivíduos.

De uma forma genérica, a elaboração deste estudo possibilitou uma caracterização da intervenção das autarquias da Península de Setúbal ao nível da promoção de actividades físicas e desportivas para a população idosa e alunos do 1º ciclo em cada concelho durante o ano de 2010/2011.

Verifica-se uma tendência para a existência de uma política desportiva comum dentro dos municípios da Península de Setúbal, como referiu a maioria dos entrevistados, da qual o Fórum do Desporto e os Jogos do Futuro são a expressão máxima dessa realidade. Esta actividade intermunicipal constitui no presente, uma das mais importantes formas de actuação das autarquias da Península de Setúbal.

Todas as autarquias do estudo promovem actividades para os munícipes directamente e em parcerias com outras entidades (p.e.: escolas, juntas de freguesia, clubes, associações de reformados) apoiando o movimento associativo para conseguir dar resposta ao “Desporto para Todos”. Assim se conclui que, na generalidade dos municípios do estudo, se fomenta a concretização de um dos artigos fundamentais da constituição, relativo ao direito ao desporto e cultura física.

Considerando o problema do estudo, com os dados recolhidos parece-nos que a generalidade dos municípios da Península de Setúbal orienta a sua intervenção na procura e criação de uma política desportiva que consiga dar resposta às necessidades

da população idosa e alunos do 1º ciclo, não se esgotando numa única vertente desportiva ou criando condições de oferta a um só tipo de população.

Relativamente ao carácter ou tipo de actividades físicas desenvolvidas para os idosos verifica-se que existe uma ligeira predominância das actividades físicas moderadas de recreação e de formação/aprendizagem. Considera-se este tipo de actividades as mais ajustadas para esta população, pois atendendo às suas necessidades específicas devem ser concretizadas acções com um carácter mais social e com um esforço físico reduzido ou moderado, mais adequado à sua condição física (p.e.: danças, caminhadas, entre outros). Quanto às crianças do 1º ciclo, para além das actividades físicas moderadas (p.e.: danças, jogos tradicionais), alguns municípios promovem igualmente actividades físicas vigorosas (mais intensas) através de modalidades colectivas (p.e.: andebol), natação, atletismo, entre outros. Este tipo de oferta que envolve actividades de aprendizagem e recreação com uma componente lúdica e também competitiva é importante nesta fase, pois fomenta nas crianças entre outras competências, a sociabilização, o espírito competitivo e estabelecimento de regras, motivando-as para a prática de actividade física.

A supremacia dos municípios do Seixal e Setúbal quanto à oferta de programas de actividade física para os alunos do 1º ciclo e idosos relativamente aos restantes pode ser justificada pelo maior número de população nesses segmentos (no número total também) usufruindo, consequentemente, de um maior número de recursos (p.e.: equipamentos desportivos, escolas, recursos humanos e financeiros, colectividades) que conduzem a uma maior procura desportiva.

Pode, assim, concluir-se que a generalidade das autarquias do estudo possui oferta de programas de promoção de actividade física para as crianças das escolas do 1º ciclo e idosos. Através da análise dos gráficos 6 e 7, constatámos que para os idosos a oferta desportiva é mais numerosa e diversificada. Esta diferença pode ficar a dever-se ao maior número de população idosa em cada município comparado com os alunos do 1º ciclo e também pela introdução das Actividades de Enriquecimento Curricular nas escolas do Ensino Básico, que retirou algum protagonismo às acções e actividades desenvolvidas pelas autarquias para estes alunos, como mencionaram alguns entrevistados. Esta realidade constitui uma preocupação futura de intervenção para estas autarquias, pois apesar de os esforços a desenvolver de forma consistente serem para todos os segmentos da população, estes devem ser dirigidos a um segmento prioritário

que é a população infantil, de modo a garantir a elevação futura do nível de cultura motora de toda a população.

A generalidade das autarquias tem Complexos Municipais de Piscinas com escola desportiva municipal de natação que abrange todos os segmentos da população, sendo igualmente utilizadas essas instalações camarárias para a oferta de programas de actividade física em idosos e alunos do 1º ciclo (p.e.: natação, hidroginástica).

Para finalizar, deve ainda referir-se que as actividades físicas promovidas pela maioria dos municípios da Península de Setúbal, cuja participação para os munícipes tem um custo reduzido ou mesmo nulo, decorrem nas diversas instalações desportivas (pavilhões, piscinas interiores e exteriores, espaços naturais) existentes nos vários concelhos.

VII. SUGESTÕES PARA FUTURAS INTERVENÇÕES E INVESTIGAÇÕES

Uma sugestão futura, para fortalecer a conjugação de esforços entre as autarquias com vista a uma valorização conjunta, é a criação de um conselho de representantes desportivos de cada município da Península de Setúbal (p.e.: vereadores, chefes de divisão) para pôr em prática a política comum, sendo assessorada por conselhos consultivos de autoridade científica. O Instituto Piaget (encontra-se dentro da Península de Setúbal) e a Faculdade de Motricidade Humana são a nossa proposta de parceiros consultivos. São instituições com recursos humanos altamente qualificados, dotados dos mais elevados conhecimentos científicos, constituindo-se como agentes únicos no processo de inovação, dado o grande potencial que possuem nos processos de investigação. É nossa intenção fomentar uma conjugação de esforços entre o poder político e as referidas instituições de ensino superior. O futuro passa por um maior diálogo entre as universidades e as instituições públicas e privadas com o objectivo de participar no estudo e nas acções relacionadas com o desenvolvimento de âmbito desportivo.

Relativamente aos idosos, uma vez que os grupos etários 25-64 anos e 65 e mais anos são aqueles que possuem um maior número de população nos concelhos do estudo, consideramos que as actividades destinadas à população idosa, apesar de existirem, devem ser aumentadas. Embora a oferta de actividades para esta população procure dar resposta às necessidades, gostos e procura desportivas, encaramos que é necessário, no futuro, um maior investimento desportivo junto desta população, com o intuito de suprimir os níveis baixos de actividade e simultaneamente proporcionar uma vida melhor e com mais qualidade.

No que se refere às crianças, uma sugestão futura para melhorar o reforço da aplicação do Programa Oficial de Expressão Físico-Motora no 1º Ciclo e efectivar a intervenção das autarquias junto das escolas com o objectivo de promover um leque mais variado de estímulos tão essenciais nestas idades, seria a estruturação de um projecto único que resulte do esforço coordenado entre o Ministério da Educação e as Câmaras Municipais da Península de Setúbal, identificando problemas para se propor medidas de actuação (p.e.: formação permanente dos professores do 1º ciclo, generalização da prática de natação a todos os alunos do 1º ciclo das autarquias da Península).

Interessa igualmente realçar que a criação de futuras instalações desportivas cada vez mais modernas, flexíveis e apetrechadas deve constituir um importante ponto da política de infra-estruturas dos municípios da Península de Setúbal. Dever-se-á procurar uma constante melhoria na gestão desses equipamentos e mais especificamente nas piscinas municipais, procurando torná-la cada vez mais eficaz e racional, articulando os diversos tipos e categorias de prática desportiva, por forma a existir uma utilização no espaço e no tempo mais sustentada.

Para finalizar, mencionamos perspectivas futuras de investigação relacionadas com este estudo:

- Tendo em conta que se adivinha um contexto económico cada vez mais difícil para as autarquias locais em função dos cortes orçamentais por parte da Administração Central, pensamos ser relevante efectuar o mesmo estudo daqui a dois anos para conseguir compreender até que ponto a redução na despesa (ou até a possível fusão de municípios) teve consequência na promoção e oferta de actividades para a população idosa e alunos das escolas do 1º ciclo nos municípios da Península de Setúbal.
- Com o objectivo de compreender mais detalhadamente o impacto das actividades promovidas pelas autarquias seria proveitoso, no futuro, para além de se fazer um levantamento das actividades, conhecer igualmente de que forma e como são implementadas.
- Constatando que a população com deficiência muitas vezes tem um acesso reduzido ou mesmo nulo à prática desportiva, consideramos interessante efectuar o mesmo estudo mas procurando saber como é feita a promoção de actividade física nos municípios da Península de Setúbal para este segmento da população.

VIII. BIBLIOGRAFIA

Alves, J. (2003) *Actividade física em crianças: promovendo a saúde do adulto*, in Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, vol. III, nº 1, pp. 4-8.

Barata, T., Branco, J., Malta, Á., Manso, C., Mendes, M., Pereira, G., Sardinha, L., (1997) *Actividade Física e Medicina Moderna*, Europress, Lisboa.

Bardin, L. (2004) *Análise do Conteúdo*, 3ª ed., Edições 70, Lisboa.

Carmo, H. (1998) *Metodologia de Investigação*, Universidade Aberta, Lisboa.

Carvalho, M. (1994) *Desporto e Autarquias Locais*, Campo das Letras, Porto.

Constantino, J. (1990) *Políticas de Desenvolvimento Desportivo nas Autarquias*, Câmara Municipal de Oeiras, Oeiras.

Constantino, J. (1999) *Desporto, Política e Autarquias – Cultura Física*, Horizonte, Lisboa.

Coutier, D., Camus, Y., Sarkar, A. (1990) *Tercera edad. Actividades Físicas y recreacion*, Editorial Deportiva Gymnos, Madrid.

Cunha, L. (1997) *O Espaço, o Desporto e o Desenvolvimento*, Edições FMH, Lisboa.

Felício, H. (2006) *A Importância da Actividade Física para o cidadão e o Papel da Autarquia no desenvolvimento desportivo – Estudo aplicado ao concelho de Mértola*, Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa/Faculdade de Motricidade Humana, Lisboa.

Fernandes, A. (1997) *Poder Autárquico e Poder Regional*, Brasília Editora, Porto.

Fórum do Desporto da Região de Setúbal (2007) *A estratégia de desenvolvimento desportivo da região de Setúbal*, Associação de Municípios da Região de Setúbal.

Foujo, J. (2006) *O desporto no contexto autárquico – Levantamento e análise da situação desportiva do Concelho de Gondomar*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade do Porto, Porto.

Marques, A. (1996) *A prática actividade física nos idosos: as questões pedagógicas*, in Revista Horizonte, vol. XIII, nº74, pp.11-17.

Matalon, B. (2005) *O Inquérito*, 4ªed, Celta Editora, Oeiras.

Calmeiro, L. & Matos, M. (2004) *Psicologia do Exercício e da Saúde*, Editora Visão e Contextos, Lisboa

Matos, V. (2000) *Planeamento de Instalações Desportivas no Município – A procura da Prática desportiva na Estratégia do Planeamento*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Porto.

Milheiro, L. (2007) *Estratégia e Política Desportiva Municipal – Análise da política desportiva do concelho de Penafiel à luz dos pressupostos do planeamento estratégico*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Porto.

Pires, G. (1989) *A Estrutura e a Política Desportiva – O Caso Português*, Dissertação de Doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa/Faculdade de Motricidade Humana, Lisboa.

Pires, G. (1996) *Desporto e Política – Paradoxos e Realidades*, Edição: O Desporto, Lisboa.

Pires, G. (2006) *Documentação de Apoio – Gestão do Desporto*, Licenciatura em Ciências do Desporto, FMH, Lisboa.

Saldanha, J. (2006) *Os Hábitos e os Consumos de Desporto como contributo para uma Gestão Desportiva Municipal – Estudo de caso no concelho de Redondo*, Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa/ Faculdade de Motricidade Humana, Lisboa.

Sardinha, L. (1999) *Programa de Actividade Física para a Pessoa Idosa do concelho de Oeiras*, Câmara Municipal de Oeiras/ Faculdade de Motricidade Humana, Oeiras.

Sun, Q., Townsend, M., Okereke, O., Franco, O., Hu, F. (2010) *Actividade Física e relação com o sucesso na sobrevivência das mulheres na idade dos 70 anos ou mais*, in Archives of International Medicine, vol XXV, pp 197-201.

Legislação

Canotilho, G. (1997) *Constituição da República Portuguesa*, 4ªed, Edições Coimbra, Coimbra.

Carta Europeia do Desporto (1992), Ministério da Educação, Lisboa.

Lei de Bases do Desporto – Lei nº30/2004 de 21 de Julho.

Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto – Lei nº5/2007 de 16 de Janeiro.

Lei de Bases do Sistema Desportivo – Lei nº1/90 de 13 de Janeiro.

Internet

Assembleia da República, *Constituição da República Portuguesa (1976)*, consultada em 10 de Fevereiro de 2011 em www.parlamento.pt

Instituto Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico da Região de Lisboa do ano 2009*, consultado 14 de Fevereiro de 2011 em www.ine.pt

Mapa da região da Península de Setúbal, consultado em 14 de Fevereiro de 2011 em www.google.pt

ANEXOS

I. Questionário - Câmara Municipal de Almada

Questionário efectuado a um quadro superior da Divisão de Desporto da Câmara Municipal de Almada (em representação do chefe de Divisão de Desporto da Câmara Municipal de Almada) no dia 18 de Fevereiro de 2011 às 10h00.

1 - Em termos macro, qual o papel reservado para a autarquia ao nível do desporto?

O desporto é considerado uma bandeira da Câmara Municipal de Almada. A autarquia já passou por diversas fases. Passou por um papel essencialmente nos anos oitenta, de apetrechamento, isto ao nível das instalações e agora está numa fase um pouco diferente que é proporcionar condições para as pessoas praticarem desporto, seja através do melhoramento das instalações desportivas, seja através da oferta de programas desportivos para a população, alguns com características específicas, outros não.

O “Desporto para Todos” ainda é uma bandeira consagrada no plano de desporto da Câmara Municipal de Almada. A Câmara tenta realizar programas de oferta para os munícipes totalmente gratuitos, alguns deles, outros baseados no princípio da equidade social, que exige pagamento conforme o escalão social. Existe também apoio às instituições mais carenciadas para poder fazer preços acessíveis para a utilização das instalações municipais. Essencialmente é através destas formas: oferecendo programas para os seus munícipes quer sejam crianças/idosos e para a população em geral, usando este princípio da equidade social, discriminando através de escalões tendo em conta o que as pessoas auferem e apoiando instituições que comprovem necessitar de apoio por parte da Câmara.

2 - Como situa comparativamente o seu concelho com outros existentes na Península de Setúbal ao nível do desenvolvimento desportivo? Existem tendências regionais?

Penso que se está a tentar criar uma tendência. Existe os Jogos do Futuro, que é feito aqui na Península de Setúbal em que se tenta criar uma tendência regional.

3 - Qual a sua sensibilidade para a necessidade de prática desportiva de crianças das escolas do 1º ciclo e de idosos? Tendo em conta as suas necessidades específicas, como equacionam o acesso destes segmentos populacionais às práticas desportivas? Existem programas específicos para estes segmentos?

A nível das crianças do 1º ciclo, a autarquia já há algum tempo não tem nenhum programa específico. Já teve durante muitos anos mas agora não.

Desde que começaram as Actividades de Enriquecimento Curricular, a Câmara apoia pelo Departamento de Educação as AECS a nível monetário através das transferências bancárias para as Associações de Pais, entre outras instituições responsáveis pelas AECS, mas não existe um papel interventivo da autarquia.

A nível do Departamento do Desporto, aquilo que existe há dois tipos de programas: o apoio a nível do corta-mato que é realizado pela Câmara; também existe ao nível de apoio ao 1º ciclo um programa de desenvolvimento da modalidade de xadrez. São os dois programas que a Câmara tem.

Para resumir, ao nível do 1º ciclo a Câmara faz parcerias apoiando no que for necessário e promove dois programas das modalidades de xadrez e corta-mato.

A nível dos idosos a autarquia tem um programa de saúde e condição física que é o programa “Alma Sénior”, que é um dos programas que se baseia neste princípio da equidade social, onde os idosos podem praticar dois tipos de actividades regulares: hidrosénior e ginástica de manutenção. Este programa também tem um conjunto de actividades ocasionais como por exemplo caminhadas, passeios culturais, entre outros.

O programa “Alma Sénior” é feito em parceria com as juntas de freguesia e algumas colectividades aqui do concelho. O que acontece é que as pessoas devem dirigir-se à junta de freguesia com o seu cartão de eleitor e a junta vai atribuir-lhes um escalão desde o número um até ao seis consoante a sua reforma. Depois de lhe ser atribuído esse escalão os idosos dirigem-se aos locais de prática e depois pagam essa actividade consoante o seu escalão.

4 - Existem complexos de Piscinas Municipais no seu Concelho? De que forma a sua autarquia promove a prática de actividades aquáticas aos seus munícipes?

Pertencentes à autarquia existem três piscinas. Uma delas bastante antiga e duas que foram inauguradas há dois anos.

As piscinas têm os programas normais de adaptação ao meio aquático, hidroginástica, natação livre e natação para bebés.

Por parte destas piscinas existem convénios instituições para pessoas com deficiência, oferecendo um preço social.

II. Questionário - Câmara Municipal do Barreiro

Questionário efectuado ao Chefe de Divisão de Desporto da Câmara Municipal do Barreiro no dia 19 de Novembro de 2011 às 9h00.

1 - Em termos macro, qual o papel reservado para a autarquia ao nível do desporto?

O desporto tem desde sempre uma importância, quer no passado, presente e futuro, quer a nível da formação individual ou colectiva. Sempre teve e terá um papel extremamente importante no pulsar da vida de qualquer município, no entanto, a importância a nível financeiro não será tão grande como em anos anteriores devido à crise mundial e, em particular à crise que o nosso país atravessa, assim como pelas dificuldades que os municípios atravessam pois têm que canalizar o maior conjunto de verbas para outras áreas mais importantes para as populações, mas, dentro do possível, nós tentamos todos os anos que a proposta financeira da autarquia para a área do desporto seja uma parte considerável para fazermos aquilo que já fizemos, como também fazermos com o menor custo possível coisas novas e inovadoras para a cidade e para as populações, promovendo sempre a actividade física e os hábitos de uma vida saudável.

2 - Como situa comparativamente o seu concelho com outros existentes na Península de Setúbal ao nível do desenvolvimento desportivo? Existem tendências regionais?

O concelho do Barreiro já está melhor neste momento, mas ainda pode carecer de uma outra instalação desportiva que dê uma resposta mais abrangente às necessidades que existem porque estas são muitas. Por exemplo, nas duas piscinas municipais existe uma lista de espera muito grande para que as pessoas as possam frequentar. Digamos que por vezes existe uma grande procura e a oferta é um pouco reduzida. Como já referi, o nosso movimento associativo, para além de muito grande é muito forte, existe muita actividade desportiva promovida pelo mesmo e nós também nos sentimos incapazes de dar resposta às solicitações que eles próprios nos fazem para arranjar espaços para eles promoverem a actividade desportiva deles. A Câmara por vezes tem

dificuldade em dar resposta às suas actividades, bem como às actividades propostas pelo movimento associativo, por não ter instalações desportivas próprias para a sua actividade. Sempre que possível temos protocolos com as escolas para utilizarmos os seus pavilhões a partir das 18h30 durante a semana e também ao fim-de-semana.

Este tipo de gestão é positivo, pois permite também rentabilizar as instalações escolares que, como nós sabemos, paravam às 18h30.

Relativamente à política desportiva inter-municipal, é de certa forma marcada pelos mesmos interesses e eu dou-lhe um exemplo muito concreto em que as Câmaras da Península de Setúbal em 2007 realizaram uma iniciativa que foi o Fórum do Desporto e que foi um aproximar da discussão entre todos e englobar o fenómeno desportivo a nível do distrito de Setúbal para que todos os agentes desportivos se pudessem sentar e discutir ideias futuras daquilo que se queria para o distrito e qual o papel que o distrito não só estava a promover como o que já tinha promovido para a grandiosidade e o crescimento do desporto a nível nacional. Uma das decisões deste Fórum do Desporto foi a realização dos Jogos do Futuro, que se realizaram em 2009 e agora voltarão em 2011. Nesta iniciativa os municípios dão a conhecer às populações aquilo que cada um deles pratica a nível desportivo no seu concelho.

3 - Qual a sua sensibilidade para a necessidade de prática desportiva de crianças das escolas do 1º ciclo e de idosos? Tendo em conta as suas necessidades específicas, como equacionam o acesso destes segmentos populacionais às práticas desportivas? Existem programas específicos para estes segmentos?

Todas as actividades promovidas pelo município, quer individualmente, quer em conjunto com o movimento associativo, são dirigidas a todos, sem excepção, não pondo qualquer tipo de barreiras financeiras, de idade, condição física, etc. No sentido de garantirmos a nível da Constituição da República o direito ao “Desporto para todos”, independentemente da raça, sexo, idade, crença religiosa, por isso tentamos sempre promover um conjunto de práticas desportivas que englobem os nossos planos de desenvolvimento desportivo e que abarquem toda a população e que todos possam participar, todos possam ter actividade física e hábitos de vida saudável, quer para aqueles que praticam regularmente, quer para os que não praticam, para os arrancar de hábitos de sofá, os chamados grupos sedentários, para que realizem os tais 30 minutos de marcha ou caminhada que todas as pessoas deveriam praticar. Temos planos de

desenvolvimento desportivo, no caso do município do Barreiro, no remo, vela, atletismo, futebol, basquetebol, natação, xadrez, e depois temos um conjunto de outras actividades que estão integradas nos fins-de-semana e onde todos podem participar: caminhadas, corridas e etapas de orientação, passeios de BTT e ciclismo, ioga, tai-chi, sempre feitos em espaços naturais do concelho como a mata da Machada, o Parque da Cidade e diversas zonas verdes do concelho que por um lado são locais ideais para essa prática e por outro servem como divulgação às pessoas que muitas vezes não conhecem ou não frequentam essas áreas para que possam praticar essas actividades físicas.

Como já referi, uma das premissas que nós temos é o acesso do desporto para todos e os jovens e os idosos enquadram-se na nossa política desportiva para o concelho. No entanto, há duas nuances: a Divisão do Desporto não é a responsável pela promoção da actividade física na população sénior, quem está a promover esse projecto é a Divisão de Acção Social. Portanto nós não administramos essa parte. A nível da prática dos jovens, temos projectos virados para essa população, mas a nível das AEC's (Actividades de Enriquecimento Curricular), quem é responsável é a Divisão de Educação. A nível de aulas para a população jovem, tanto a piscina do Barreiro como a piscina municipal do Lavradio, que são as duas piscinas municipais existentes no concelho do Barreiro, têm um conjunto de aulas dirigidas não só à população sénior, como à população jovem, desde bebés até jovens em idades escolar. Nestas piscinas existem desde os níveis mais baixos de iniciação até aos níveis de aperfeiçoamento mais elevado. A gestão das piscinas é única e exclusivamente da Divisão de Desporto. Como exemplo, podemos dizer que na piscina do Lavradio, como é mais pequena, temos mais a adaptação ao meio aquático das crianças e jovens até aos 14 anos. A partir dessa idade tentamos fazer a ponte com a piscina do Barreiro, que é maior e tem outras condições. Esta piscina tem gestão camarária de 2ª a 6ª até às 18h30 e a partir dessa hora são os clubes que ficam responsáveis por essas actividades. Tentamos assim não “matar” a autonomia do movimento associativo nas modalidades que possam ter. Fazemos um esforço para assegurar que a Divisão de Desporto proporciona a prática de actividades aquáticas aos jovens através do plano da modalidade de natação. Para a população sénior ou reformada, durante o dia, nas duas piscinas, têm diversas actividades, como hidroginástica, hidroterapia, natação, etc.

Só para concluir, relativamente à prática de natação nas populações jovens das AEC's, temos a iniciação de todas as crianças que frequentam o ensino básico ao primeiro contacto com a natação. Todas as crianças do terceiro ano do ensino básico,

em todas as turmas das escolas do concelho, têm aulas da natação. A Câmara tem um autocarro que vai buscar os alunos às escolas e leva-os à piscina.

No que se refere à população idosa, fora do âmbito das piscinas, a Divisão de Acção Social promove um programa próprio que é o “Programa Sénior” que engloba um conjunto de actividades desportivas de ginástica com quinze centros de ginástica espalhados por diversas colectividades do concelho que envolve cerca de 1600 seniores em actividade.

4 - Existem complexos de Piscinas Municipais no seu Concelho? De que forma a sua autarquia promove a prática de actividades aquáticas aos seus munícipes?

Informação obtida na resposta à questão número três.

III. Questionário - Câmara Municipal da Moita

Questionário efectuado ao Chefe de Divisão de Desporto da Câmara Municipal da Moita no dia 14 de Janeiro de 2011 às 10h00.

1 - Em termos macro, qual o papel reservado para a autarquia ao nível do desporto?

A autarquia da Moita tem ao nível do desporto diferentes projectos com a reestruturação de serviços recente. Esta divisão estava dividida em dois sectores: sector de animação desportiva e sector de gestão de equipamentos com as piscinas Municipais.

Com a reestruturação, até porque a legislação assim o obrigou, a divisão está sem sectores tendo a responsabilidade de equipamentos desportivos e manutenção, na área da animação e dinamização de projectos ao nível do 1º ciclo, da população sénior, de apoio ao movimento associativo e outras actividades como o atletismo, desportos de natureza, sendo uma área vasta de intervenção que engloba neste caso também a piscina.

2 - Como situa comparativamente o seu concelho com outros existentes na Península de Setúbal ao nível do desenvolvimento desportivo? Existem tendências regionais?

Nós com as nossas características talvez nos situamos mais próximos ao nível de desenvolvimento desportivo com o Barreiro e Palmela, até pela proximidade geográfica, sendo que também ao nível de projectos e de apoio penso que nos enquadrávamos mais próximo destas duas autarquias.

Aquando da realização do Fórum do Desporto foram efectuados estudos ao nível do investimento que cada uma das autarquias da península de Setúbal na área do desporto, e verificamos relativamente à Moita, que apesar de termos muitos projectos e fazermos muitas coisas, o nosso investimento não é significativo relativamente a outros concelhos. Nós estamos mesmo cá na cauda, à semelhança de Alcochete. Tendo em conta o orçamento global da Câmara a percentagem de investimento no desporto era das mais reduzidas.

Dentro das condições que temos e do orçamento, gostaríamos de fazer mais, pensamos que teríamos condições para fazer mais, mas dentro daquilo de temos conseguimos atingir as populações-alvo.

3 - Qual a sua sensibilidade para a necessidade de prática desportiva de crianças das escolas do 1º ciclo e de idosos? Tendo em conta as suas necessidades específicas, como equacionam o acesso destes segmentos populacionais às práticas desportivas? Existem programas específicos para estes segmentos?

Nós garantimos esse acesso através da gratuitidade das inscrições, tentando que os nossos projectos atinjam uma faixa etária dilatada, por vezes com projectos destinados a população-alvo específicas, tais como, o caso do “Movimento Sénior que é um projecto de actividade desportiva destinada a população mais idosa. No 1º ciclo também, apesar da intervenção nas actividades de enriquecimento curricular, a Câmara entendeu por bem não assumir essas actividades, mas de qualquer forma existem dois projectos que a Câmara dinamiza directamente. Um deles é a “Escola a Nadar” que é um projecto de natação que proporciona às escolas do 1º ciclo, não só o transporte assim como o enquadramento técnico e o acesso gratuito à piscina, isto para turmas do 4ºano de escolaridade, em que é organizado um calendário e são transportadas as crianças da escola para a piscina. Temos também um projecto de iniciação aos jogos tradicionais portugueses que é dinamizado directamente nas escolas do 1º ciclo através dos técnicos da Câmara, assim como outros jogos de desenvolvimento e cooperação. São jogos que foram seleccionados a partir de um projecto apresentado e que faz um trabalho complementar às actividades de enriquecimento curricular.

Temos ainda outro projecto, que é o projecto “Natural Moita” de actividades desportivas na natureza que é aberto a toda a população do concelho da Moita com inscrições gratuitas e com um calendário de actividades diversificados como passeios pedestres, BTT, canoagem nos meses de verão, actividades de superação de obstáculos com escalada, *slide* e *rapel*. Desta forma promovemos o incentivo à prática desportiva para todos.

A sensibilidade da Câmara e dos técnicos que enquadram esta divisão a nível destas populações-alvo é muito grande. Há uma atenção também para a classe trabalhadora através do projecto “Natural Moita” e do projecto “Atletismo Moita” que é um projecto numa modalidade mais específica mas que é aberto a toda a gente.

Cremos que a população sénior e do 1º ciclo são muito sensíveis e queremos que esses projectos se consolidem. São projectos já com alguns anos mas queremos que continuem a abranger um maior número de pessoas possível.

Na população idosa, não só trabalhamos com os centros de reformados aqui do concelho como também com alguns lares. As actividades são desenvolvidas nos próprios centros de reformados, no nosso pavilhão desportivo, na piscina. Também proporcionamos ginástica na praia e na mata da Machada.

Resumindo, sempre houve e haverá por parte da Câmara sensibilidade para a promoção de actividade física nestas duas populações.

4 - Existem complexos de Piscinas Municipais no seu Concelho? De que forma a sua autarquia promove a prática de actividades aquáticas aos seus munícipes?

Dentro da piscina Municipal de salientar que a temos há dez anos, temos um plano de água reduzido pois só temos um tanque.

De qualquer forma a salientar que na nossa piscina temos o projecto “Escola a Nadar” que é um projecto de iniciação à natação com as escolas do 1º ciclo com os 4^{os} anos de escolaridade. Temos igualmente as escolas de aprendizagem com as diferentes faixas etárias e diferentes classes.

Este projecto do 1º ciclo “Escola a Nadar” e o projecto “Movimento Sénior, onde também os idosos vão fazer aulas de natação, são totalmente gratuitos. As taxas aplicadas a outros utentes, consideramos serem acessíveis, permitindo que as pessoas acedam com relativa facilidade aos serviços prestados.

Para finalizar somente referir que a gestão desta piscina é totalmente camarária.

IV. Questionário - Câmara Municipal de Palmela

Questionário efectuado ao Chefe de Divisão de Desporto da Câmara Municipal de Palmela no dia 24 de Outubro de 2010 às 10h00.

1 - Em termos macro, qual o papel reservado para a autarquia ao nível do desporto?

Do ponto de vista orgânico, pode-se dizer com a criação da Divisão de Desporto em 1996 se autonomizou a Divisão de Desporto da Divisão de Acção Sócio-Cultural. Até 1995 o desporto existia como serviço, ou seja, algo subalterno. A partir de 1996 com a divisão do desporto do então Departamento de Acção Sócio-Cultural, o desporto passou a ter outro protagonismo na política da Câmara Municipal. A partir dessa fase o desporto teve um crescimento até 1999 com a criação da piscina Municipal de Pinhal Novo e da primeira fase do Complexo Desportivo de Palmela. Já em 1997 tinha sido construído o pavilhão do Pinhal Novo e em 1993 a piscina de Palmela. Estes são os quatro grandes investimentos que materializaram o crescimento que a política desportiva teve no concelho de Palmela nos anos 90. A partir do ano de 2000 houve a consolidação dos programas desportivos que nos anos 90 começaram a ser criados. A Câmara de Palmela tem apostado em desenvolver uma política desportiva que se pode dizer dirigida e vocacionada para meia dúzia de modalidades desportivas que se sentiu na génese dos programas desportivos e que o movimento associativo e as escolas mais atenção dedicavam. Temos vindo a consolidar esses programas, sendo o mais antigo os jogos desportivos escolares que já têm vinte e um anos e os programas das modalidades desportivas, iniciados em 1994 com o judo e que se têm vindo a desenvolver com as modalidades do atletismo, basquetebol, ciclismo, ginástica, judo e a natação enquanto não houve empresa municipal.

No contexto do distrito de Setúbal, Palmela é a única Câmara que tem empresa Municipal para a área do desporto. A Palmela Desporto existe desde 1999 e é responsável pela gestão dos quatro grandes equipamentos do concelho e pela execução da política desportiva na área da natação. Essa intervenção deixou de estar sob alçada da Divisão de Desporto.

Pode-se dizer que desde os anos 2000 as políticas desportivas do município se desenvolvem segundo duas grandes áreas. A área da Divisão de Desporto e a área da

empresa municipal que gere os quatro equipamentos desportivos e põe em prática o desenvolvimento desportivo na área da natação.

2 - Como situa comparativamente o seu concelho com outros existentes na Península de Setúbal ao nível do desenvolvimento desportivo? Existem tendências regionais?

Em termos comparativos há que realçar algumas diferenças existentes entre os municípios. Existem municípios grandes como Almada, Seixal e Setúbal com mais de cem mil habitantes e depois outros mais pequenos como Alcochete. Palmela insere-se nos concelhos medianos. Isto repercute-se em termos das políticas desportivas desenvolvidas localmente e nos equipamentos disponíveis. Se nos quisermos situar dentro do concelho médio que somos na Península de Setúbal, diremos que estamos bem situados em termos de desenvolvimento desportivo porque devemos ter sido dos primeiros a ter uma Divisão de Desporto autónoma.

Temos tido uma política desportiva que de alguma forma valoriza os investimentos a longo prazo, não temos feito por opção grandes eventos desportivos, não temos apostado em projectos que começam e acabam quase instantaneamente.

Diremos que comparando os concelhos de média dimensão, não direi que estamos à frente mas estamos bem posicionados. Em relação ao distrito de Setúbal, participamos em alguns eventos como os Jogos do Futuro, Fórum do Desporto entre outros onde temos tido um papel activo na organização. Penso que existe um pensamento de identidade na Península que se tem vindo a desenvolver não só no desporto mas também noutras áreas.

3 - Qual a sua sensibilidade para a necessidade de prática desportiva de crianças das escolas do 1º ciclo e de idosos? Tendo em conta as suas necessidades específicas, como equacionam o acesso destes segmentos populacionais às práticas desportivas? Existem programas específicos para estes segmentos?

O acesso desses segmentos já foi mais difícil, sobretudo por uma questão cultural. Isto falo mais em relação aos idosos, porque no que se refere às crianças é normal que havendo piscinas as crianças a queiram frequentar, sendo que a preocupação do município seja rentabilizar o equipamento. Aqui também entra a questão dos idosos,

visto que por estarem reformados podem frequentar os equipamentos municipais no período diurno, quando a comunidade tem menos hipóteses de frequentar os espaços desportivos.

Isto para dizer que em termos físicos, as pessoas conseguem frequentar os espaços com uma melhor ou menor facilidade. Quando falo no acesso quer dizer o acesso cultural. Quando nós em 1996 começamos com o “Programa mais 60”, muitas pessoas entre os sessenta e os setenta anos até aquela data nunca tinham entrado numa piscina, ou seja, desde logo existe o preconceito do despir a roupa. Este preconceito foi sendo alterado ao longo do tempo com os hábitos, principalmente nas mulheres. Hoje em dia, em 2010 as pessoas com sessenta e setenta anos já são de outra geração, com outros hábitos desportivos e que já não têm tantos condicionalismos. Em termos do acesso, hoje em dia as coisas estão muito mais facilitadas. A oferta também tem qualidade, com muitos inscritos que por vezes fazem com que não seja possível dar resposta a toda a procura. Neste programa envolvemos três modalidades que são a dança, ginástica e natação e mais algumas actividades pontuais no verão. Também para a população idosa, temos o, programa “Viver Melhor Viver com Autonomia” também dirigido à população idosa institucionalizada, o que quer dizer aquela população idosa que dalguma forma passa os dias nas instituições de solidariedade social que têm uma menor capacidade de mobilidade, e nós vamos ter com eles e procuramos oferecer um conjunto de actividades.

Quanto aos alunos das escolas, desde 1994, quando a piscina de Palmela abriu tínhamos o programa “Aprender a Nadar”, que levava milhares de crianças a aprender a prática da natação, o que foi aumentando com a construção da piscina de Pinhal Novo. Portanto até ao surgimento das AECS nos tínhamos um programa de apoio específico às docentes do 1º ciclo ao nível da Educação Física e mais especificamente da natação.

Também ao nível do apoio ao 1º ciclo muitas escolas do concelho foram apetrechadas com material para apoio à realização da Educação Física. De acordo com a carta educativa o concelho está também apetrechado com salas do pré-escolar, podendo-se dizer que o concelho de Palmela está bem apetrechado ao nível do material. Ao nível das actividades de enriquecimento curricular a Câmara de Palmela não tem um papel tão activo comparado com outros municípios, deixando essa incumbência para os agrupamentos. Por esse motivo se verificou uma clara diminuição da prática da natação comparativamente com o que já existiu no passado.

No entanto, quanto ao apoio às crianças em idade do 1º ciclo a divisão de desporto sempre que necessário presta apoio e colabora, mas as competências maiores são da Divisão de Educação da Câmara. Inclusive o programa aprender a nadar é da responsabilidade da Divisão de Educação, que sempre que necessário pode pedir colaboração com a Divisão de Desporto e também à empresa Palmela Desporto. É assim a orgânica dentro da Câmara Municipal de Palmela.

4 - Existem complexos de Piscinas Municipais no seu Concelho? De que forma a sua autarquia promove a prática de actividades aquáticas aos seus munícipes?

Neste momento é a empresa que gere as piscinas com a autonomia que a Câmara lhe concede, ou seja, não existe nenhum acompanhamento directo da Divisão de Desporto como já aconteceu no passado. É a empresa que gere os equipamentos desportivos.

V. Questionário - Câmara Municipal do Seixal

Questionário efectuado à Chefe de Divisão de Desporto da Câmara Municipal do Seixal no dia 27 de Janeiro de 2011 às 11h00.

1 - Em termos macro, qual o papel reservado para a autarquia ao nível do desporto?

A autarquia cumpre à partida uma missão importante que é a democratização da prática desportiva garantindo condições e promovendo um conjunto de acções que garantam um alargamento geral da prática desportiva, desenvolvendo acções locais, acções mais reduzidas ou acções de todo o tipo.

Nós desenvolvemos um conjunto de acções direccionadas para a população, desenvolvendo em parceria com as entidades locais que fomentam actividades desportivas no sentido de as pessoas, de forma gratuita e o mais regular possível, possam ter uma prática desportiva e trazer à prática todos os amigos, familiares ou um conjunto de pessoas que à partida possam visitar o concelho. Para além disto, temos um conjunto de equipamentos desportivos que estão abertos à população, praticamos um conjunto de preços muito baixo relativamente ao que se pratica na área metropolitana de Lisboa e cuja procura é logo imediatamente inflacionada e tentamos geri-los, de forma a que a sua cobertura seja o mais próximo da resposta possível que seria os cem por cento. Por vezes não se consegue essa cobertura devido a diversos factores como a escolha dos horários, a disponibilidade das famílias, o fluxo do trabalhador, etc. No entanto, temos avançado para um conjunto de estudos a nível das necessidades e da procura e para além disso programámos um conjunto de acções ou de propostas para ampliar o parque desportivo construindo instalações municipais ou apoiando entidades no sentido de promover a construção de equipamentos.

Tentamos assim responder à prática desportiva formal ou informal, mas através de espaços perfeitamente formatados. Por outro lado, os espaços informais também devem ser dinamizados, preparados e organizados de forma a poder promover a prática desportiva informal que é a caminhada ou andar de bicicleta, etc.

2 - Como situa comparativamente o seu concelho com outros existentes na Península de Setúbal ao nível do desenvolvimento desportivo? Existem tendências regionais?

A questão das tendências regionais não me parece que exista. Tendências regionais não existem. Existe é a capacidade dentro de cada autarquia e uma política desportiva dentro de cada autarquia que implica acima de tudo um conjunto de esforços que têm de ser assumidos desde que se considere o que é importante para a população.

As capacidades dos municípios são diferentes, a equipa que os estrutura no âmbito do desporto também são diferentes.

O concelho do Seixal optou por uma orientação política e técnica no sentido de dar resposta a esta necessidade da população no âmbito de um conjunto de preocupações que têm por base estudos europeus e internacionais de necessidade de resposta para que toda a gente tenha acesso à prática desportiva no âmbito da promoção da saúde, do processo de integração e do processo de sociabilização. O fenómeno do desporto abrange todas estas áreas e como em toda a sociedade existem focos de problemas a nível da saúde, da integração, da sociabilização, económicos, etc., procuramos dar resposta a estes problemas.

3 - Qual a sua sensibilidade para a necessidade de prática desportiva de crianças das escolas do 1º ciclo e de idosos? Tendo em conta as suas necessidades específicas, como equacionam o acesso destes segmentos populacionais às práticas desportivas? Existem programas específicos para estes segmentos?

Nós temos programas para populações específicas nomeadamente alunos das escolas básicas, idosos e população deficiente. Também promovemos um conjunto de programas para outras camadas da população, não com uma preocupação específica, mas para que eles também sejam abrangidos.

Em relação aos programas de apoio para o 1º ciclo, o nosso objectivo é fazer cumprir o programa de Educação Física. Nós efectuámos uma recolha e temos a noção dos programas e tentamos abrir actividades para que as crianças as possam frequentar acompanhadas de professores ou então vamos à escola para sensibilizar e dar apoio aos professores que têm falhas na sua formação para garantir que a criança, dentro do seu horário curricular, tenha aulas de educação física. Asseguramos, assim, que as crianças

tenham actividade física regular durante a semana de forma gratuita sem que as famílias tenham que suportar o custo da actividade que lhe é por direito de constituição. À partida aquilo que a escolha lhes devia dar não dá, mas a Câmara tenta que isso lhe chegue.

Relativamente aos idosos, que são uma camada da população que merece uma atenção especial pelo facto de terem tendência para o sedentarismo, isolamento o programa específico tem a ver com a abertura de actividades a título gratuito como, por exemplo, a frequência das piscinas ou um apoio directo às entidades no sentido de mobilizarem através de um técnico especializado actividade física nas suas unidades, que são as associações de reformados que têm instalações próprias que as podem utilizar.

Para além disso, temos projectos que estão em desenvolvimento no âmbito do plano municipal de desenvolvimento desportivo, que tem a ver com o projecto das caminhadas, o projecto “Viver com Saúde” ou “Ciclismo para a Vida”, em que associamos todos esses programas a essa camada da população.

4 - Existem complexos de Piscinas Municipais no seu Concelho? De que forma a sua autarquia promove a prática de actividades aquáticas aos seus munícipes?

Se analisarmos um estudo de procura a nível europeu e internacional os maiores centros de procura de prática desportiva estão canalizados para a piscina por vários motivos. Um deles, pela atracção que a água impõe, outro pela necessidade de aprender a nadar, outro por questões médicas. Isto provoca na população uma procura pelo equipamento das piscinas. Como é que nós promovemos as actividades aquáticas? Organizamos um conjunto de actividades que rentabilizem o equipamento, já que o investimento municipal precisa de ser rentabilizado. O equipamento merece ser rentabilizado de uma forma honesta e transparente por quem investiu nele. Nas nossas duas piscinas colocamos à disposição um conjunto de actividades perfeitamente enquadradas tecnicamente onde as pessoas se sintam seguras e respondendo às suas expectativas a todos os níveis.

Essa preparação das actividades implica um investimento em termos de recursos humanos que não pode estar desenquadrado no âmbito de uma missão global da política autárquica para o desenvolvimento desportivo. Associado a isso há uma promoção e divulgação através dos mecanismos normais e através de uma qualidade de serviço

porque a melhor forma de promover aquilo que faço é promovê-lo com qualidade. A chave de um bom serviço público desportivo é apostar na qualidade acima de tudo.

VI. Questionário - Câmara Municipal de Sesimbra

Questionário efectuado ao Chefe de Divisão de Educação, Juventude e Desporto da Câmara Municipal de Sesimbra no dia 31 de Outubro de 2010 às 10h00.

1 - Em termos macro, qual o papel reservado para a autarquia ao nível do desporto?

Neste momento a Câmara Municipal de Sesimbra tem duas vertentes. Uma que é da responsabilidade da autarquia que é o fomentar a actividade desportiva onde o movimento associativo não toca, e outra de apoio ao movimento associativo através da contratação de técnicos para o desenvolvimento de algumas modalidades.

2 - Como situa comparativamente o seu concelho com outros existentes na Península de Setúbal ao nível do desenvolvimento desportivo? Existem tendências regionais?

Não sei se em termos de actividade física para a população em geral não sei se não estaremos um pouco à frente porque nós já assumimos que se os outros não fazem, temos nós de fazer. Eu refiro-me ao movimento associativo, que se não faz, nós temos de pegar e tentar dar resposta. Nos outros municípios, penso que isto ainda está muito ligado ao movimento associativo. Há muitas disparidades entre os municípios, algumas delas são derivadas da população que cada município tem porque não podemos comparar Alcochete com o Seixal, já que no Seixal a população é tão grande que podem ter as modalidades todas. Em Sesimbra existe um *handicap* grande em termos geográficos: não temos transportes públicos a partir das 19h, o momento em que as escolas fecham, e isso leva a que não haja uma grande mobilidade por parte das crianças e encarregados de educação. Se em algumas modalidades colectivas não é possível a sua prática em todas as freguesias do concelho, relativamente às modalidades individuais, isso ainda é mais difícil.

Em relação aos outros municípios, não podemos dizer que estamos melhor nem pior. Nós fazemos o nosso caminho e quando chegamos aos Jogos do Futuro, verificamos que existe uma grande disparidade entre municípios. Almada, Setúbal e

Seixal têm mais facilidade em obter resultados pela sua dimensão populacional comparando com Alcochete, Palmela e Sesimbra.

3 - Qual a sua sensibilidade para a necessidade de prática desportiva de crianças das escolas do 1º ciclo e de idosos? Tendo em conta as suas necessidades específicas, como equacionam o acesso destes segmentos populacionais às práticas desportivas? Existem programas específicos para estes segmentos?

A Câmara Municipal de Sesimbra neste momento tem quatro projectos abertos à comunidade, abarcando todas as faixas etárias. Temos o “Sempre a Mexer para não Envelhecer” na área da terceira idade, com doze turmas em funcionamento com população sénior em actividade dando à volta de oitocentos e tal seniores em actividade regular. Com este projecto temos quatro técnicos da Câmara envolvidos. Para a população activa nós temos dois projectos em funcionamento. Um que é o “Caminhar” e o “Marchar e Correr” com três núcleos de actividade e um passeio mensal que normalmente tem a ver com a nossa história do concelho. Este último teve a ver com o Cabo Espichel e o próximo em Dezembro está relacionado com a questão ambiental.

Tentamos assim englobar a actividade física com o ambiente e com o património de Sesimbra. Temos um projecto que iniciámos este ano lectivo e que já está esgotado e que se chama “Gente Activa” com duas aulas semanais envolvendo trinta e cinco pessoas. Este projecto não é para crianças e idosos mas sim para aquela população activa, que teoricamente anda mais desprotegida por não ter tempo para fazer actividade física por causa da família e do trabalho. Este foi um ano experimental deste projecto mas que está a correr muito bem o que vai fazer com que para o ano lectivo tenhamos que abrir mais vagas para mais turmas. Ainda ao nível jovem nós temos as aulas de movimento em idade pré-escolar com quatro técnicos associados ao projecto e temos um outro projecto que é a adaptação ao meio aquático para as crianças em idade pré-escolar. Embora não tenhamos piscinas municipais, temos um contrato de programa com a piscina que temos em Sesimbra. Neste aspecto a câmara paga o custo da piscina e os encarregados de educação suportam o transporte.

Nesta autarquia o que estamos a fazer é promover a actividade física e não desenvolver a prática desportiva. Aquilo que fazemos é uma actividade física de manutenção para um estilo de vida saudável em que promovemos a mobilidade, a

flexibilidade, etc. Tem interesse para nós reforçar os níveis de saúde da pessoa para que vá menos vezes ao médico.

Temos notado uma evolução neste aspecto com o projecto “Sempre a Mexer para não Envelhecer” e nos encontros da Federação Portuguesa de Ginástica. Desde há três anos para cá que temos aumentado a participação dos idosos do nosso concelho nesses encontros, e isso é positivo porque para além da actividade física, promove o convívio e a troca de experiências entre os mesmos. Outra actividade importante é o “Gym na Praia” em que damos a conhecer o trabalho dos idosos nas colectividades, clubes e aulas promovidas pela Câmara em que já não conseguimos colocar todos em simultâneo por serem muitos participantes. Estas exposições públicas com as classes têm sido também um pouco de publicidade para que venham mais pessoas integrar o projecto.

4 - Existem complexos de Piscinas Municipais no seu Concelho? De que forma a sua autarquia promove a prática de actividades aquáticas aos seus munícipes?

Nós não temos piscinas municipais, temos um contrato de programa para utilizar pistas a determinadas horas para a prática desportiva pela comunidade educativa em pré-escolar. As crianças que têm necessidades educativas especiais, também têm uma classe própria assegurada pela Câmara. Na Quinta do Conde há uma piscina privada onde nós fazemos um contrato de programa com eles e as crianças do pré-escolar desta freguesia têm adaptação ao meio aquático. Não nos interessa fazer atletas de alta competição, mas interessa que as crianças percam o medo da água e gostem da natação. No pré-escolar as crianças têm natação gratuita, se a criança gostou muito da natação e tem apetência, é comunicado aos encarregados de educação que essa criança deve fazer natação mais regularmente. O que nós queremos é que as crianças em idade pré-escolar façam adaptação ao meio aquático. A partir dessa idade quem quiser inscreve-se num clube ou associação, estando sujeitas às suas condições.

VII. Questionário - Câmara Municipal de Setúbal

Questionário efectuado ao Chefe de Divisão de Desporto da Câmara Municipal de Setúbal no dia 25 de Fevereiro de 2011 às 15h00.

1 - Em termos macro, qual o papel reservado para a autarquia ao nível do desporto?

Enquanto objectivo geral de proporcionar aos cidadãos o desenvolvimento da qualidade de vida.

A Câmara Municipal de Setúbal tem como objectivo estratégico o desenvolvimento de parcerias com os intervenientes locais, regionais ou nacionais em projectos municipais.

Com forte influência na missão de melhorar a qualificação das pessoas, desenvolver a qualidade de vida está a concepção de políticas e estratégias de âmbito educativo, cultural, social e desportivo.

O Desporto é visto como uma forma de cumprir a missão da Câmara de desenvolver e melhorar a qualidade de vida das populações, e aumentar a qualificação das pessoas, pelo que estimula a prática de actividade física e desportiva pelos munícipes, colaborando na criação de condições técnicas e materiais necessárias para o seu desenvolvimento.

As estratégias adoptadas passam pela implementação de actividades desportivas direccionadas a públicos específicos; pela edificação de instalações desportivas que ou gere directamente, ou cede a sua gestão a associações; organiza ela própria ou apoia e colabora na organização de acções desportivas pelo movimento associativo.

2 - Como situa comparativamente o seu concelho com outros existentes na Península de Setúbal ao nível do desenvolvimento desportivo? Existem tendências regionais?

Sem conhecer muito da realidade dos concelhos próximos, parece-me que a generalidade deles tem programas destinados a crianças e a idosos, por isso parece-me que estarão sensivelmente ao mesmo nível que Setúbal.

3 - Qual a sua sensibilidade para a necessidade de prática desportiva de crianças das escolas do 1º ciclo e de idosos? Tendo em conta as suas necessidades específicas, como equacionam o acesso destes segmentos populacionais às práticas desportivas? Existem programas específicos para estes segmentos?

Está criado na unidade orgânica interna da Divisão de Desporto um Sector de Desporto Escolar, que desenvolve ainda, devido ao conjunto de pessoas que o compõem, projectos desportivos para os segmentos de população sénior e portadora de deficiência (também o Sector de Promoção Desportiva através dos Jogos do Sado).

O Sector de Desporto Escolar implementa programas de promoção de actividade física e desportiva para todos os segmentos da população escolar, desde o pré-escolar ao ensino superior.

O acesso destes segmentos populacionais à prática desportiva é promovido pela Câmara em termos globais e massificados através de programas como o projecto “De Pequenino...”, para crianças dos 3 aos 6 anos de idade que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do concelho. O objectivo geral: desenvolvimento global da criança – a nível físico e social; contribuir para a igualdade de oportunidades; estimular o gosto pela prática de actividade física.

O projecto envolve actividades regulares – adaptação ao meio aquático e motricidade infantil – que decorrem nos próprios jardins-de-infância e nas piscinas municipais, para além de actividades pontuais (ateliers) e complementares (Piscina das Manteigadas no Verão).

O projecto “Desporto nas Escolas do 1º Ciclo” para as escolas do 1º ciclo do ensino básico do concelho, compõe-se de actividades pontuais de atletismo e *ateliers* de expressão, realizados uma vez por período, para além do Andebol e Dança em certas escolas.

Os *ateliers* são de Jogos Desportivos, Jogos Tradicionais e Circuitos Gímnicos, um em cada período.

Relativamente ao desporto sénior, existe o projecto “Desportivamente em (Re)Forma”, desenvolvido em articulação com a Divisão de Inclusão Social, que envolve todos os anos cerca de 700 idosos, divididos por 9 pólos geográficos, e promove a ginástica, hidroginástica, as danças sociais e o controlo e avaliação da condição física.

Tem como objectivos: promover o bem-estar, saúde e qualidade de vida, prevenir doenças, proporcionar momentos de convívio e lazer e minimizar situações de isolamento.

Existe ainda o projecto “Activo dos 0 aos 100”, que organiza actividades pontuais todas as semanas, como o nome indica, abertas a todas as idades em que é encorajada a participação das famílias, em modalidades como a ginástica, passeios pedestres, passeios de bicicleta, atletismo, etc.

4 - Existem complexos de Piscinas Municipais no seu Concelho? De que forma a sua autarquia promove a prática de actividades aquáticas aos seus munícipes?

Existem três piscinas municipais: Piscina Municipal de Azeitão com gestão da Câmara, Piscina Municipal das Palmeiras com gestão entregue ao Clube Naval Setubalense, e Piscinas Municipais das Manteigadas, geridas pela Câmara. Esta Piscina não é coberta, e está mais vocacionada para o recreio da população nos meses de Verão, apesar de estar aberta aos treinos semanais e à realização de eventos pontuais pelo Clube de Canoagem de Setúbal.

As Piscinas de Azeitão e das Palmeiras são cobertas, e têm as actividades normais de natação recreativa (tempos livres), aprendizagem, competição, acolhimento dos projectos municipais com escolas e idosos.

Na Piscina de Azeitão funciona a Escola Municipal de Natação, que oferece as seguintes disciplinas relacionadas com o meio aquático: Natação para Bebés, adaptação ao meio aquático, natação (níveis de aprendizagem, aperfeiçoamento, pré-competição e competição), para jovens e adultos, Hidroginástica, Hidroterapia, Gerontomotricidade, Ensino Especial). A vertente competitiva é feita através do Núcleo de Natação Pura de Azeitão.

Para além das já referidas actividades em Piscinas, Setúbal goza também da proximidade com o Rio Sado, promovendo através do programa Jogos do Sado diversas actividades pontuais, de carácter competitivo, no Rio, como: Taça do Mundo de Águas Abertas (Natação, 10km); Triatlo, Raid Internacional de Catamarans, Provas de Remo, Kayak-Mar, Vela de Cruzeiro, Travessia do Sado a Nado para atletas federados e para populares. Por outro lado, numa parceria com o Clube de Canoagem de Setúbal e as Águas do Sado, dinamiza o Centro Náutico Municipal, que oferece três dias por semana a possibilidade de praticar canoagem no rio, a preços baixos.